



*Pacote
econômico*

FERNANDO HENRIQUE SOBE NO PALANQUE

*Um pacote econômico que tenta viabilizar os
sonhos presidenciais do ministro*



ENTREVISTA

O Senador Bisol ataca
conspiração contra CPI
Pag. 11

MUNDO

Eleições ameaçam neo-
liberalismo na AL
Pag. 14

RESENHA

O outro lado da história de
"Os camaradas"
Pag. 15

REPORTAGEM

O homem-objeto e a classe
média moralista
Pag. 16

Getulina

Vimos com estranheza a matéria publicada no **Brasil Agora** nº 51, sobre a ocupação em Getulina, SP. Embora o objetivo tenha sido divulgar e apoiar nossa causa, a terminologia utilizada causou espanto em nossa militância.

A forma de tratar a ocupação por invasão e os ocupantes por invasores é normalmente utilizada pela imprensa burguesa e seus famosos "manuais". Nós não aceitamos ser tratados assim. Tanto juridicamente como politicamente.

Esperamos que, a partir de agora, o **Brasil Agora** adequa a terminologia, e que a forma usada tenha sido apenas um lapso de profissão.

João Pedro Stédile
Secretaria Nacional Movimento
Sem Terra - São Paulo, SP

Dez Mandamentos

1º Amar o capitalismo sobre todas as coisas.

2º Não enfiar a mão no "santo" bolso em vão. Só se for para comprar barato móveis e imóveis de viúvas desesperadas, operários desempregados e otários disponíveis.

3º Guardar bem o dinheiro! Em aplicações na ciranda financeira, no Caribe e Suíça, principalmente.

4º Honrar gana e grana. O dinheiro é pai e mãe em qualquer circunstância.

5º Pelo dinheiro, matar se preciso for. Até de fome, se for o caso. Os outros!

6º Melar o negócio alheio com esperteza e difamação. Fazer concorrência desleal.

7º Furtar sempre!... No peso, preço, medida e qualidade. Agiotagem é também um bom negócio.

8º Cruzeiro falso, dólar falso. Sonegar impostos, fazer contrabando e estelionato.

9º Desejar tudo do próximo: casa, carro, jóias. Até mulher, se for bonita!

10º A cobiça é um pensamento positivo, para adquirir por meios ilícitos os bens alheios.

Os dez mandamentos se enceram em dois: amar o capitalismo sobre todas as coisas e o dinheiro como a si mesmo.

Lair Estanislau Alves
Belo Horizonte, MG

Polêmica I

No artigo publicado no **Brasil Agora**, nº 51, o companheiro Valter Pomar foi muito coerente em relação à sua luta intransigente contra a Revisão



DIÁLOGO

Constitucional. O PT, ao lado de outros grupos populares, como os trotskistas do PSTU, leninistas do PCdoB e setores nacionalistas do PDT, deve se unir para defender a dissolução imediata do Congresso Nacional para impedir a Revisão Constitucional. O fato de Valter Pomar ser acusado de stalinista não seria uma ofensa, mas sim uma postura ética e moral, baseada no marxismo.

O PT é um partido revolucionário, baseado no socialismo operário, num governo de trabalhadores. Os simpatizantes da direita do PT, que defendem a Revisão Constitucional e a social-democracia, deveriam procurar outros partidos de centro, identificados com as suas posições, como o PMDB e PSDB.

Denis César Teruya
Campinas, SP

Polêmica II

O texto de Valter Pomar publicado no **Brasil Agora** nº 51 é lamentável sob todos os aspectos, retratando a sua "adolescência intelectual" e a dificuldade de assumir a estatura de um dirigente partidário e deixar de ser um mero "moleque rebelde".

Não é possível um dirigente, por mais sectário e "burrocrata" que seja, utilizar de argumentos tão pueris e de tamanha virulência verborrágica, para atacar companheiros que simplesmente não concordam com as suas idéias e, principalmente, com a sua prática.

Hipócrita não é aquele que expõe claramente as suas idéias, ainda que em desacordo com as do partido, desde que respeite e cumpra as suas deliberações. Hipócritas são aqueles que escondem as suas idéias de nossa militância e do nosso eleitorado por não terem expressão social nem espaço na mídia e querem invejosamente calar as expressões públicas do partido.

Gostaria de sugerir ao combativo e inconformado companheiro Valtinho, que ainda não havia nascido quando o companheiro Genoíno carregava pedras numa frente de trabalho no sertão nordestino; que usava fraldas quando o nosso deputado já enfrentava a intolerância dos autoritários; que ao invés de continuar nesse bate-boca que cada vez mais o desqualifica, que se

candidate ao cargo de deputado federal, e saberemos então a quem a maioria da militância e de nosso eleitorado dará razão...

Daniilo de Camargo
Santos, SP

Dois Pesos

Nas últimas semanas tive o desprazer de ver e ler as capas e reportagens das duas "principais" revistas da imprensa nacional. Na primeira, várias páginas justificavam a presença de Lula na capa. A matéria trazia as denúncias do senador Esperidião Amin (PPR) sobre o envolvimento do PT com a CUT, que segundo ele tem caráter ilegal. Na segunda resplandece uma belíssima paisagem nordestina. A reportagem parece uma imensa propaganda eleitoral (7 páginas com 11 ilustrações coloridas) sobre as benesses de um governo estadual, considerado modelo. Qualquer semelhança com um outro governador, retratado em edição da mesma revista no período pré-eleitoral de 1989, como "Caçador de Marajás", terá sido mera coincidência.

A imprensa usa dois pesos e duas medidas quando o assunto é corrupção e eleição. Criou-se uma falsa imagem de que o PT estava imune a qualquer tipo de denúncia e depois colocam o partido no mesmo patamar de corruptos notórios, como os 7 anões da CPI do Orçamento.

Por isso ressalto o papel da imprensa alternativa e combativa de opinião, como o **Brasil Agora** e outras publicações de esquerda do mesmo gênero (apesar de certas divergências), como o **Utopia**, **A Classe Operária**, **Princípios**, **Linhas Diretas**, entre outras, as quais são comprometidas com os interesses dos trabalhadores e mostram os fatos pelo nosso ponto de vista.

Alexandre Fernandes Guimarães

Porto Alegre, RS

Faltou Registro

A análise de José Correia sobre o golpe militar publicada no **Brasil Agora** nº 48, escrito antes do ataque militar ao Parlamento, merece ser relida à luz dos acontecimentos que se seguiram. Enquanto ainda perdurava o cerco, o

artigo reafirmava a avaliação da grande imprensa de que "não ocorreu nenhuma reação popular expressiva ao golpe", de que os parlamentares no final (*sic*) ficaram falando sozinhos". Segue dizendo da fragilidade da "oposição fisiológica dos burocratas" e da habilidade de Yeltsin em "costurar acordos" táticos.

O que se viu, entretanto, foi que, enquanto parlamentares resistiam ao cerco militar, ao corte de luz e do aquecimento, as manifestações populares cresceram a ponto de romper o cerco e iniciar uma massiva rebelião civil, sufocada à custa de centenas de mortos, e outra centena de feridos e milhares de presos. O Parlamento resistiu por dez horas, com fuzis e coquetéis molotov, ao bombardeio de tanques de guerra, rendendo-se com a Casa Branca em chamas.

Este heroísmo de dimensões históricas não terá sido em vão se nos alertar da natureza terrorista do regime de Yeltsin, e da hipocrisia dos "democratas" que o apoiaram. E vem mostrar que estavam enganados os que só enxergavam no Congresso uma "oposição fisiológica de burocratas" sem respaldo popular.

José Ricardo Figueiredo
Campinas, SP

Concessão Demais

Não é nenhuma novidade dizer que, se o PT quisesse, só no segundo semestre deste ano teria dobrado sua bancada em quase todos os Legislativos, como também o número de prefeituras petistas.

Mas há algo no ar ao lado das pesquisas que mostram que Lula pode vencer no 1º turno, como também fazermos vários governadores de Estado. Acontece uma arrojada oportunista nos partidos ditos progressistas, principalmente, pelo exposto, ao PT.

Aqui no Espírito Santo, onde não conseguimos eleger nenhum deputado federal, já fomos sondados por dois, ambos do PSDB. Um deles, quando sentiu a grande resistência ao seu nome, desmentiu a intenção. O outro teremos de levar para o debate, apesar de nunca ter sido nosso aliado.

A História tem mostrado exaustivamente o fim das lendas que se dispõem a abrir muitas concessões. A irresponsabilidade com a qual nosso partido tem sido dirigido por alguns "superlíderes" é revoltante e tem feito muitos militantes desistirem da caminhada. E esses soltam alguns balões de ensaio que são verdadeiros estupro partidários para assustar a nossa esquerda e fazê-la aceitar, com facilidade, alianças nem tão vergonhosas. Só cai nessa quem perdeu o bonde da História. De que adianta ganhar uma eleição se com ela se perder a dignidade?

Marcelo Ildeu de Castro
Serra, ES

BRASIL
AGORA

Diretor: Markus Sokol - Editor: José Américo Dias - Editor de Arte: Toni Cotrim - Diagramação: Fábio Lyrio, Silvia Romero - Redação: Antônio Martins, Rávio Agular, Hamilton Cardoso, Valter Pomar - Secretária: Adélia Chagas - Sucursal Rio Grande do Sul: Luciane Fagundes, José Luiz Uma e Marco Antônio Schuster. Revisão: Rosângela Riffa - Colaboradores: Alan Rodrigues, Alípio Freire, Aloisio Moraes, André Singer, Antônio Carlos Fon, Antônio Carlos de Queiroz, Clovis Castro, Bernardo Kucinski, Breno Altman, Carlos E. Carvalho, Celso Horta, Célio, Cintia Campos, Cláudio Schuster, Denise Neumann, Edmilson de Souza, Emir Sader, Eugênio Buccil, Fernanda Estima, Fernando Paiva, Flamarion Maués, Flávia de Sampaio Leite, Flávia Laureiro, Flávio Pachali, Genaro Urso, Heilo Silva, Ivan Seixas, Isaac Alcebair, João Machado, José Rocha, Juan Pezzullo, Juárez Guimarães, Justino Pereira, Kipper, Linete Martins, Luscar, Manoel Alvarez, Márcia Braga, Márcia Moreira, Marco Aurélio Garcia, Marcos Soares, Maria Lúcia Brandão, Maria Augusta Jakobsknd, Maringoni, Marisa Meliani, Marisa Dias Costa, Mladalra, Milton Fogo, Nelson Rios, Nilmário Miranda, Norma Sueli O. Reis, Ohi, Pató, Patricia Camils, Paulo Barbosa, Paulo Roberto Ferreira, Paulo Zilbermann, Pedro Ortiz, Perseu Abramo, Raimundo Pereira, Rogério Soffili, Rui Falcão, Sérgio Canova, Sérgio Suster, Walter Qno, Wladimir Pomar. A opinião dos articulistas não reflete necessariamente a linha editorial do jornal.

Brasil Agora é uma publicação quinzenal da Editora Brasil Agora Ltda. - Alameda Gleite, 1049 - CEP 01215 - São Paulo/SP - Fones: 220-7718 - Fax: (011) 222-7761 - Administração: Mª Alice de P. Santos - Assistentes: Ivanilda Alves - Departamento de Circulação: José Luis Nadai, Ana Maria Alves (Assinaturas), Gulberto Genestra (Bancos de Dados) - Assinaturas: Fortaleza: José Vítal (085) 252-1992, Porto Alegre: Talles da Rosa (051) 221-7733, Belém: Rui Santana, José Maria R. de Souza Filho (091) 224-8579, Belo Horizonte: Antônio Borges (Cebola) (031) 222-3735, Florianópolis: Wolney Chucré (0482) 23-5907 - Expedição: Valdeci Evangelista - Serviços Gerais: Elislandia M. Ferreira, Fernando S. Siqueira, Lucilene B. Silva. Impressão: Diário de Mogi - Distribuição: Dinap S/A - Tiragem desta Edição: 35.000 exemplares foram impressos no dia... de 1993. Jornalista Responsável: José Américo Dias

BRASIL AGORA
Assine já
LIGUE GRÁTIS
0800 - 11.1300

Preencha em letra de forma. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA. Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP. - Fones: (011) 220 7718 / 223 0959

NOME.....

ENDEREÇO.....

CIDADE.....UF.....

CEP.....FONE.....

PROFISSÃO.....

CARTÃO DE CRÉDITO: VISA CREDICARD AMERICAN EXPRESS

Nº.....VALIDADE.....

Assinatura 12 edições CR\$ 3.700,00 Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30)
 Assinatura 25 edições (anual) CR\$ 7.200,00 Assinatura de apoio (anual) CR\$ 11.000,00

Editorial



O **Brasil Agora** desculpa-se com seus leitores por não ter editado o número correspondente à primeira quinzena de dezembro. Dificuldades financeiras intransponíveis impediram pela primeira vez em dois anos que o jornal honrasse o seu compromisso de periodicidade. O mercado jornalístico brasileiro, monopolizado pelas grandes empresas de comunicação, controla desde a veiculação de anúncios, que sustenta financeiramente a maioria dos órgãos de comunicação brasileiros, até a simples venda em bancas. As publicações independentes, não vinculadas ao poder econômico, não conseguem sequer espaço em seus mostruários.

Portanto, ao contrário dos grandes jornais, o **Brasil Agora** depende quase que exclusivamente de seus leitores. Exceções como a da Coordenação Nacional Petroleiros, anunciante desta edição, ou algumas livrarias e pequenas empresas que têm confiado em seu espaço publicitário, nos têm ajudado muito, mas são insuficientes para manter o jornal. Nossa campanha de assinaturas, que hoje alcança a média de 1.200 novos assinantes mensais, necessita de apoio.

Com aproximadamente 12 mil exemplares dedicados a assinantes e outros 3 mil vendidos diretamente, o **Brasil Agora** precisa crescer, para resolver seus problemas financeiros, e assumir o seu papel de órgão colado à campanha presidencial de Lula, o candidato do PT, da esquerda e dos setores populares não organizados em partidos de nosso país.

Coerente com sua proposta original, de um jornal ao lado dos trabalhadores e dos setores sociais oprimidos, o **Brasil Agora** se propõe a trazer em suas páginas matérias com análises e interpretações dos principais fatos de nosso país, com independência e espírito crítico. Além disso, tem o objetivo de veicular regularmente informações sobre a campanha eleitoral como um todo, especialmente a do candidato presidencial petista, e de seus candidatos a governador, senador e deputados, nos Estados.

O Diretório Nacional do PT decidiu em novembro engajar-se na campanha de assinaturas do **Brasil Agora**, orientando seus membros a vender pelo menos cinco assinaturas cada um. Dirigiu o mesmo apelo a seus parlamentares e diretórios estaduais, municipais e núcleos, através de uma carta pessoal de Lula, publicada nesta página.

Mas você, leitor, individualmente, também pode ajudar o **Brasil Agora** a afirmar-se como um importante instrumento da disputa de 94. Convença seus amigos a assinar o jornal, dê assinaturas de presente neste Natal, participe de nossa proposta e de nosso sonho. Para isso, use o cupom que sai publicado em todos os números do jornal, ou o nosso telefone para ligação gratuita: 0800-11-1300.

A equipe de redação do **Brasil Agora** entra em férias coletivas a partir do fechamento desta edição. O jornal volta a sair em janeiro, precisamente no dia 19, quando deverá circular nossa 53ª edição.

O Editor

UM JORNAL PARA A CAMPANHA PRESIDENCIAL

Lula explica a importância do Brasil Agora na disputa de 94

A campanha presidencial já começou, e nós somos portadores da única proposta capaz de tirar o país da crise, superar o apartheid social, promover o desenvolvimento econômico e elevar as condições de vida do nosso povo. Já ultrapassamos os 30% nas pesquisas de opinião, e a nossa militância aguerrida (nosso maior patrimônio) ainda nem entrou em campo para divulgar nosso programa de governo e construir os comitês de campanha. Por tudo isso, eu tenho dito à imprensa que vamos vencer no 1º turno.

Não será fácil. Precisamos nos preparar desde já para enfrentar esse desafio, porque o nosso programa confronta os poderosos interesses de uma elite inescrupulosa que usará todos os meios ao seu alcance para nos derrotar. Estou convencido de que a campanha de 94 será muito mais dura que a de 89. As recentes acusações feitas através da imprensa contra o PT, a CUT e a minha candidatura são apenas uma pequena amostra de uma guerra suja que já começou. Nós temos o compromisso histórico de vencê-la, para ganhar a eleição e salvar o nosso povo da barbárie.

Nesta carta apresento parte de uma estratégia de preparação da nossa ofensiva. Hoje, mais do que nunca, precisamos de canais capazes de organizar a participação da nossa militância na campanha presidencial. Precisamos de um jornal que expresse a dimensão nacional do PT, ultrapasse nossas fronteiras, tenha agilidade política e oriente a nossa ação com regularidade. Um jornal que contribua para unificar a linha de ação dos Diretórios Regionais, reativar os núcleos e orientar a atuação de militantes e simpatizantes para construir o programa de governo e os comitês de campanha nos movimentos sociais.

Esse foi o motivo que nos levou a decidir transformar o **Brasil Agora** nesse instrumento capaz de ajudar a organizar a campanha presidencial.

Já iniciamos esse processo e precisamos do apoio de todo o Partido. Formamos uma comissão encarregada de apresentar à direção do Partido um

projeto político-editorial e, de imediato, uma proposta de arrecadação financeira capaz de viabilizá-lo. A idéia de transformar o **Brasil Agora** em instrumento de campanha se baseia na acumulação de audiência pública e de funcionamento administrativo que esse jornal já conquistou. Contando com 11 mil assinantes e uma arrecadação que cobre 75% dos seus custos, o **Brasil Agora** nos oferece uma base de partida política e financeira difícil de ser conseguida para lançar um novo jornal. Com isso, matamos dois coelhos com uma só paulada: criamos um canal de informação e mobilização da militância para a batalha presidencial e, ao mesmo tempo, solucionamos a crise financeira do **Brasil Agora**, já que o novo projeto pretende reduzir seus custos e aumentar o seu faturamento.

Trata-se, portanto, de um pequeno investimento, considerando o retorno político e a possibilidade financeira de viabilizá-lo através de uma campanha de assinaturas.

Conto com o apoio decidido

da militância para assumir essa campanha, colocando o maior esforço e a principal responsabilidade nos ombros dos membros do Diretório Nacional, Diretórios Regionais, parlamentares federais e municipais das grandes cidades, prefeitos, vice-prefeitos e seus secretários. Dada a extensão nacional da nossa estrutura partidária e a ampla representação política que construímos na sociedade, podemos afirmar que as cotas de assinaturas propostas a esses companheiros (em anexo) são de pequeno porte e, por isso, facilmente realizáveis, se houver vontade política.

Conclamamos todos os companheiros do partido, e esses militantes em particular, a assumir na prática essa primeira grande tarefa na campanha presidencial.

Saudações petistas e um abraço do companheiro

São Paulo, 8 de dezembro de 1993.

Luiz Inácio Lula da Silva



Ana Magdalena Marir

ALGUÉM PRECISA CONTROLAR O JUDICIÁRIO

Ao empatar o julgamento do mandato do ex-presidente Collor contra a suspensão de seus direitos políticos, o Supremo Tribunal Federal (STF) trouxe um certo mal-estar à sociedade. O órgão máximo da Justiça brasileira tuteou, deixando no ar a sensação de que a impunidade pode ser vitoriosa, mesmo contra a vontade da maioria, distanciando perigosamente o Direito da legitimidade.

Ao mesmo tempo, a "não decisão" do STF veio fortalecer a idéia de que o Judiciário brasileiro precisa ser submetido a um controle externo, ou seja, precisa prestar contas à sociedade. A questão não é nova – foi proposta e derrotada na Constituinte de 88 –, mas continua polêmica e encontra forte resistência na Magistratura.

"A verdade é que o Judiciário no Brasil se caracteriza por não estar submetido a qualquer controle externo, ao contrário do Legislativo e Executivo, que possuem diversas instâncias de controle, além do próprio Judiciário e do voto popular", afirma o deputado federal José Dirceu (PT-SP). O jurista e também deputado petista Hélio Bicudo complementa: "O STF e os Tribunais em geral têm demonstrado, pelas omissões e postergações de atos, que o Judiciário é um poder que está servindo a si próprio".

Dirceu e Bicudo são autores de emendas à Constituição, apresenta-

das antes da Revisão – que criam o controle externo do Poder Judiciário. Ambos fazem questão de ressaltar que esse controle não atinge a função jurisdicional do juiz, ou seja, a sua independência para julgar livre de pressões de qualquer ordem.

Como afirma Dirceu, esse tipo de controle somente pode ser exercido pelas Corregedorias de Justiça já existentes. Onde atua, então, o controle externo?

A proposta de Dirceu cria o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que seria um órgão permanente que atuaria no estabelecimento de políticas judiciárias e administrativas do Judiciário, opinaria sobre a proposta orçamentária e sua execução e fiscalizaria as atividades funcionais. Também teria ação disciplinadora sobre os magistrados dos tribunais superiores, avocando os processos disciplinares em andamento e podendo abrir os arquivos.

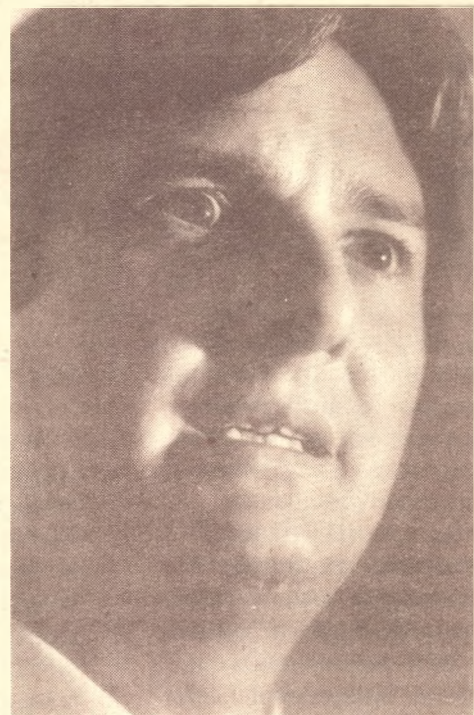
O Conselho seria composto por nove membros, sendo três cidadãos eleitos pelo Congresso, dois magistrados indicados pela Associação dos Magistrados Brasileiros e demais membros indicados pelo Ministério Público Federal, OAB, Andes e pelas entidades de classe dos servidores da Justiça. Seus mandatos seriam de três anos, vedada a recondução para o período subsequente. Em cada Estado seria criado um Conselho Esta-

dual de Justiça, nos mesmos moldes.

Já a proposta de Bicudo não prevê a existência de um órgão permanente de controle externo. O que existiria seriam conselhos criados a partir de representações de cidadãos para analisar casos específicos. Essas representações seriam enviadas para a instância imediatamente superior.

Por exemplo, um cidadão que queira representar contra o juiz da sua cidade envia a representação para o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que é obrigado a criar o conselho para decidir sobre o assunto. Esse conselho teria um representante do Ministério Público, um da OAB e um da Câmara Municipal. Bicudo propõe também o fim da vitaliciedade para os juizes do STF, que passariam a ter um mandato de nove anos, e também que a escolha de seus membros pelo presidente seria homologada pela Câmara, e não mais pelo Senado.

Apesar de diferentes, as duas propostas têm o mesmo objetivo: acabar com a impunidade no Judiciário, tirar a Justiça



Até quando ele ficará impune?

do pedestal em que, muitas vezes, ela se coloca, julgando-se inatingível e infalível. "É preciso um controle para punir o juiz omisso, arbitrário, corrupto, que não decide", afirma Bicudo. "Com o controle externo será possível combater os partidos internos que

existem na Magistratura, o corporativismo, o tráfico de influência, e muitas vezes, a corrupção, que atinge a Magistratura como qualquer outra instituição no país", completa Dirceu.

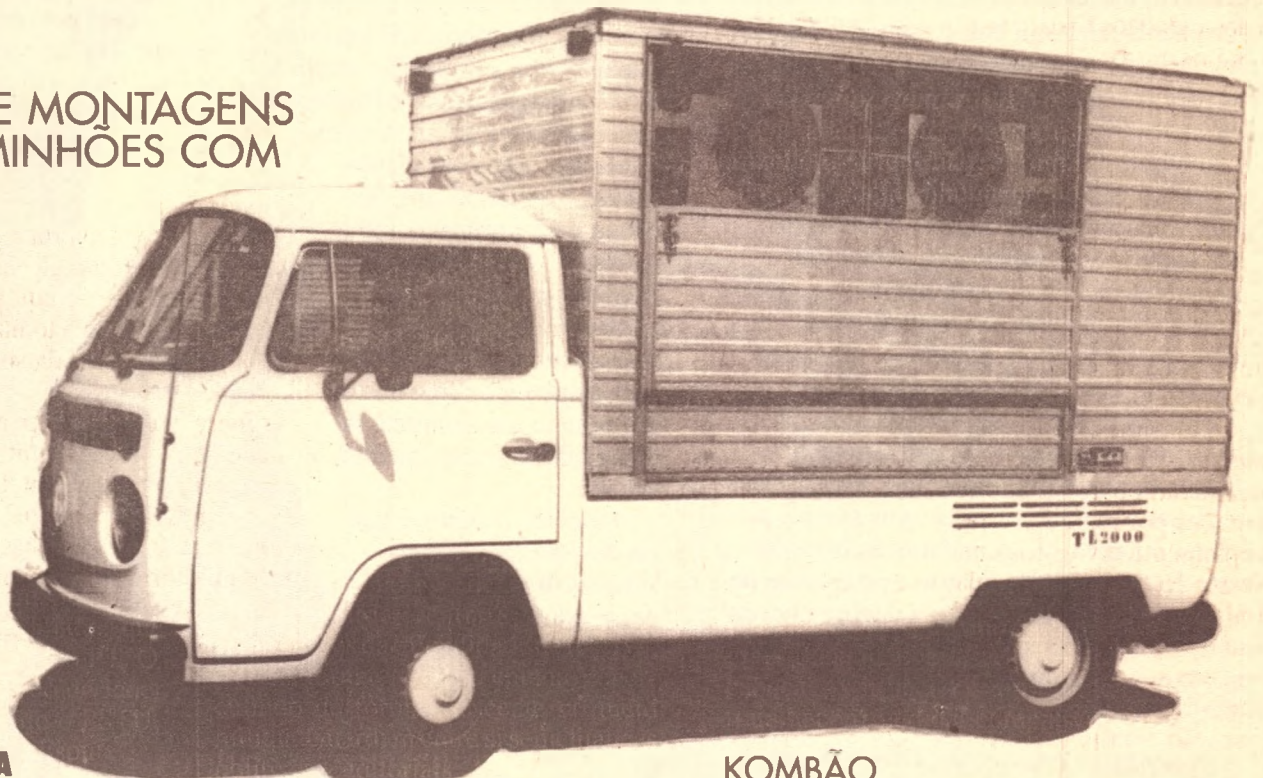
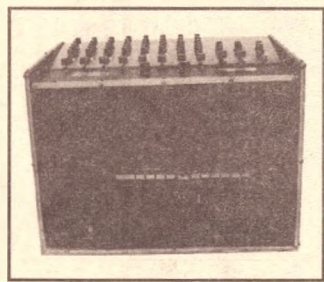
O tema é quente e tem de ser encarado de frente. A Justiça não está acima do bem e do mal. Considerá-la imune a falhas e malversações é absurdo. Não fosse assim, como explicar que a construção da nova sede do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, seja uma obra faraônica, que vai custar mais de 170 milhões de dólares, esteja sendo construída pela OAS e tenha recebido verbas através de emendas do "anão" José Geraldo?

Flamarion Maués

O SOM NA MEDIDA DE SUA NECESSIDADE

A DISKSOM produz equipamentos de qualidade para serem usados em qualquer ambiente, parado ou em movimento. É muito simples, funciona com a bateria do carro. Você investe pouco e uma vez só.

GARANTIA DE 180 DIAS.
ASSISTÊNCIA TÉCNICA.
DESENVOLVEMOS PROJETOS E MONTAGENS ESPECIAIS PARA ÔNIBUS, CAMINHÕES COM VIDEO E AUDITÓRIO.



DISK SOM

COMÉRCIO E MANUTENÇÃO

CONVERSE CONOSCO: VADO OU VANESSA
TEL.:(011)34 7244

Rua Silveira Martins, 12 - Centro,
próximo à Praça da Sé - São Paulo/
SP - Fax (011) 35 0717

KOMBÃO

1450 wats de potênci. Gabinete com mesa, duplo deck, microfone, 6 caixas profissionais, baú com palanque opcional, possibilidade de utilizar gabinete para sonorizar auditórios.



Tarso Genro

DEMOCRACIA GAÚCHA NO ORÇAMENTO

Orçamento em Porto Alegre não é assunto de gabinete nem palavra que esconde como se decide gastar o dinheiro público, e muito menos oportunidade para parlamentares corruptos fazerem negociações com o dinheiro público. Nada disso: orçamento na capital gaúcha desde que a Frente Popular

está à frente da Prefeitura (1989) é tão diferente que até recebeu um adjetivo — participativo — que tenta (talvez de forma insuficiente) explicar a sua elaboração, com envolvimento direto da população.

Um dos compromissos da campanha eleitoral, a democratização do orçamento municipal começou a ser implantada no início do mandato de Olívio Dutra (PT). No primeiro ano, reuniu 250 entidades e cerca de 400 pessoas, até atingir, em 1993, 650 entidades e quase 3.800 cidadãos. O Orçamento Participativo, hoje amplamente reconhecido e elogiado até pela oposição à Frente Popular, é uma esfera pública de poder civil, não estatal, que possibilita aos cidadãos fiscalizar e decidir sobre os gastos da administração municipal.

Regiões

Porto Alegre está dividida, para funcionamento do Orçamento Participativo, em dezesseis regiões, sistema que racionaliza a participação da comunidade. Em 1993, a população organizada decidiu em que investir no próximo ano o equivalente a US\$ 378 milhões. No segundo trimestre de cada ano, iniciam-se as discussões sobre o orçamento do ano seguinte em reuniões por região abertas a todos e amplamente divulgadas nos bairros. Nesses encontros, a população debate sobre as deficiências de sua região, com o objetivo de discutir os seus problemas — saneamento básico, habitação, pavimentação, saúde, educação, transportes, etc.

Nessa fase, a Administração Popular também presta contas do plano de investimento do ano anterior, explica o do ano em curso e ainda revela os critérios para elaboração do Orçamento Participativo do ano

seguinte. Depois dessas plenárias, acontecem reuniões nas comunidades para definir as “prioridades temáticas” e logo depois a escolha e classificação das obras de acordo com sua importância. Os assessores comunitários da Administração Popular apresentam as prioridades de obras definidas pela Prefeitura.

Após esse levantamento de necessidades e definição de objetivos, realizaram-se plenárias por região em que cada uma delas decidiu, por voto, suas prioridades e escolheu seus representantes para o Conselho do Orçamento Participativo e também os delegados das regiões. Chega então a fase mais difícil: a de compatibilizar o dinheiro disponível com as prioridades de obras escolhidas pelas regiões e ainda as que foram apontadas pelas secretarias da Prefeitura. O Conselho do Orçamento define, junto com o Gabinete de Planejamento e a Coordenação de Relações da Comunidade da Prefeitura, os investimentos que realmente serão feitos no ano seguinte.

Conselho Discute

Essa cadeia de participação possibilita, então, a atuação de três maneiras — de forma direta (o próprio cidadão, nas fases iniciais); como delegado (cada região elege, em média, 50 deles), restrita a sua própria região; e como conselheiro (cada região escolhe dois titulares e dois suplentes) — no Conselho é que se discute a proposta orçamentária da Administração Popular. Esse modelo, entretanto, está em constante aperfeiçoamento e já se prevêem mudanças para 1994.

Alguns setores sociais — sindicatos, por exemplo, terão direito a discutir os investimentos na cidade. Serão criadas, também, Plenárias

Temáticas, que acontecerão sem prejuízo às reuniões e plenárias por regiões. Nas novas plenárias, serão discutidas políticas setoriais para transporte e circulação, educação, cultura e lazer; saúde e assistência social, desenvolvimento econômico e tributação e organização da cidade (serviços de saneamento, limpeza pública, etc...). Tais Plenárias terão funções semelhantes às do movimento popular e também terão direito a indicar delegados e conselheiros.

Controle do Estado

Um dos entusiastas da experiência do Orçamento Participativo, o prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, a considera um importante avanço na tentativa de construir uma nova esfera pública, não estatal, crítica, de controle e indução sobre o Estado. Tarso explica que essa esfera pública deverá ter como motivação de fundo as pressões setoriais, para jogá-las em cena aberta e submetê-las ao interesse da maioria.

Esse caminho, acredita ele, permitirá uma inversão na política — não mais estatizante da sociedade, mas civilizadora do Estado. Tarso considera que a esfera pública do Estado atual é fundamentalmente uma esfera pública estatal e ressalta que a representação legislativa realiza a cidadania apenas como cidadania formal. Exige-se, insiste, a superação desse momento para que a democracia possibilite uma radical participação das pessoas e se atinja um estágio superior de cidadania. O desafio de fundo é, sintetiza Tarso, a cidadania se expressar, individual e coletivamente, criando uma esfera pública não estatal de controle, capaz de subordinar eticamente o Estado.

José Luis Lima
de Porto Alegre

Caravana Fluvial

Já em janeiro de 1994, a Caravana da Cidadania parte para mais uma trajetória. Desta vez é fluvial. A caravana embarcará nas águas do Rio Amazonas e pelo visto muitas águas vão rolar.... Talvez um exemplo que retrate bem as nossas contradições seja a existência de diversas comunidades vivendo à margem do Amazonas sem ter água potável; em luz elétrica não dá nem pra pensar.

Nada melhor que debater, ouvir depoimentos e *verin loco* a realidade dessas populações. Vale lembrar que em certas regiões a única informação que chega é trazida pelos barcos provenientes das grandes cidades, muitas vezes só se sabe dos acontecimentos dois ou três dias depois. O roteiro inclui cerca de 24 cidades. A chegada está prevista para o dia 24 de janeiro em Manaus (AM) e o regresso, em 5 de fevereiro de Capanema (PA). Dos municípios, dois são administrações petistas: Oieiras e Gurupá, ambos no Pará.

Oieiras viveu um fato curioso: os únicos dois médicos da cidade foram embora depois que o PT venceu as eleições. Gurupá só tem um médico. Há locais onde a população leva cerca de 12 a 20 horas para chegar a sede do município. Nessas condições falar em saúde e educação passa a ser um simples delírio. E as histórias estão só no começo.

Subindo o Rio Trombetas a Caravana passará em Vila Serrinha (PA). Pasmem, a comunidade é remanescente do Quilombo de Palmares. O que mais os aflige atualmente é a total invasão dos seus costumes e hábitos.

E as contradições parecem não ter fim. Em Maués (AM), a cidade do guaraná, os pequenos produtores estão completamente distanciados da tecnologia da fábrica da Antarctica e das pesquisas realizadas pela Embrapa.

Para tantas diversidades a proposta é desenvolver um projeto que apresente alternativas para os vários problemas, mas que a população seja sujeito participante e integrante. Agora é aguardar para ver as descobertas da Caravana que virá...

SALVAR A PETROBRÁS



A extinção do monopólio estatal do petróleo é unanimidade entre os parlamentares que representam a "livre iniciativa". Que interesses estão por trás dessa campanha?

O petróleo e o gás natural representam 50% da energia consumida no planeta. Não se conhece, hoje, alternativa viável para substituí-los. Os sete países mais industrializados (Grupo dos 7) consomem 75% dessa energia, mas não têm petróleo suficiente. Do G-7, apenas Canadá e Reino Unido não dependem da importação de combustíveis.

Até a década de 50, as chamadas "Sete Irmãs" — Exxon/Esso, Chevron, Texaco, Mobil e Gulf (norte-americanas), BP/Shell (inglesa/holandesa) e British Petroleum (inglesa) —, aliadas às estatais francesa e italiana Elf e Eni, exploravam reservas dos países produtores e decidiam preços, onde, como e para quem produzir.

Nos anos 50/60, os produtores do Oriente Médio, Ásia e África, detentores de 80% das reservas conhecidas, nacio-

nalizaram seu petróleo, criaram empresas estatais e uniram-se na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), passando a ditar os preços internacionais e obrigando as atuais "Seis Irmãs" (a Gulf foi "engolida" pelas demais) a buscar outras fontes, notadamente no Mar do Norte e nos países "não-Opep".

A indústria do petróleo é estratégica no mundo atual, movimentando a cada ano mais de US\$ 1,3 trilhão, equivalente a 34% do PIB dos EUA. Os interesses em torno do petróleo geram vários conflitos, como a recente Guerra do Golfo.

No Brasil, até 1938 não havia restrições à exploração de nossas reservas por capitais privados nacionais e estrangeiros, mas somente com o



Spis: "indústria estratégica"

monopólio (a partir de 1953) o país produziu petróleo, rompendo com a condição de mero importador a que estava relegado pelas "Seis Irmãs".

Em 1954, nossa produção diária era de 3 mil barris. Em 92, produzimos 54% de nossas necessidades de petróleo. Em setembro deste ano chegamos

a 710 mil barris diários, e podemos chegar a 70% de nosso consumo em 97 se houver recuperação dos investimentos da Petrobrás. Note-se que, para investir, a Petrobrás não necessita de recursos do Tesouro (ela não recebe um tostão há dezenove anos). Basta que seja autorizada pelo governo a investir seus próprios

recursos.

A Petrobrás é a maior empresa do Hemisfério Sul, responsável por 3 mi-

lhões de empregos diretos e indiretos, e mais de 90% de seus investimentos são realizados no mercado interno, alavancando a economia nacional. Dados do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Unicamp demonstram que os investimentos da Petrobrás no país, em quarenta anos, somam US\$ 80 bilhões, enquanto as empresas estrangeiras, em toda a nossa História, investiram US\$ 72,5 bilhões no Brasil. O regime de monopólio permitiu ao Brasil economizar US\$ 160 bilhões (mais que a nossa dívida externa) em divisas para a nação (US\$ 9,2 bilhões em 92). A guerra no Kuwait é um exemplo claro da política dos países do G-7 de garantir reservas além-fronteira para suas empresas de petróleo. O fim do monopólio no Brasil permitirá, ainda mais, a expansão dessa política, em detrimento dos interesses nacionais, conduzindo, inevitavelmente, o Brasil a ser mais um mero importador de combustíveis.

Graças a Petrobrás o Brasil poupou US\$ 160 bi em quarenta anos

Antonio Carlos Spis
Coordenador da Federação Única
Cutista-Petroleira

CPI da CUT

A DIREITA ERRA DE NOVO

A CPI da CUT não será instalada este ano. Apesar dos esforços notáveis do senador Esperidião Amin, e da colaboração impressionante de toda a grande imprensa, voltaram a fracassar, nos primeiros dias de dezembro, os novos esforços lançados pelos conservadores para inverter o sentido da onda anticorrupção que se espalha entre a sociedade e voltá-la contra a esquerda — em especial contra a CUT, o PT e a candidatura Lula.

Dois fatores básicos provocaram o insucesso. Já no final de novembro ficou claro que, embora a criação da CPI unisse no plano das idéias a direita, havia uma disputa acirrada entre as forças conservadoras para decidir quem se aproveitaria dos frutos eleitorais da iniciativa. Pouco mais tarde, uma sucessão de denúncias muito consistentes (caso da empreiteira Odebrecht) contra os mecanismos em que se apóia o poder das elites obrigou a direita a se retrair e sepultou momentaneamente a ofensiva.

O requerimento para instalação da CPI da CUT, assinado por nada menos que 307 parlamentares, foi lido pela mesa do Congresso em 17 de novembro. À mesma época, curiosamente, o presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira, foi aos jornais para propor que a CPI do Orçamento, que mal havia começado a tomar os depoimentos dos suspeitos de manipulação de verbas, encerrasse rapidamente seus trabalhos, para permitir que a Revisão Constitucional deslanchasse em janeiro. Se ambos os movimentos fossem bem-sucedidos,

Momentaneamente interrompida, a tentativa de convocar uma CPI que discrimina a central pode ser relançada ano que vem pelos conservadores

94 começaria com a esquerda submetida a dupla pressão. Além de combater a tentativa de reforma reacionária da Carta, estaria obrigada a defender-se das "denúncias" de corrupção.

Ilegalidade e Discriminação

A CUT denunciou a ilegitimidade da iniciativa. Uma nota oficial divulgada em 19 de novembro lembrava que a CPI não se baseava em "fato determinado", ao contrário do que exige a Constituição. Acrescentou que a iniciativa tinha sentido discriminatório, já que se voltava contra uma entidade apenas, e poupava por exemplo a Força Sindical, cujas ligações com o governo Collor sempre foram notórias. E denunciou: o próprio senador Amin havia deixado claras as intenções eleitoreiras de sua proposta, a afirmar que, "quanto mais próximo" das eleições a CPI fosse instalada, "melhor".

As forças conservadoras hesitavam. O PFL e o PSDB deixaram de indicar representantes para a CPI. Os pefelistas em particular, que disputam no mesmo campo ideológico do PPR, temeram que a CPI acabasse transformando esse partido, e seu candidato às eleições presidenciais, Paulo Maluf, numa espécie de líder das correntes antiesquerdistas.

Em contrapartida às articulações pró-CPI das forças conservadoras, o PT propôs — e já está recolhendo assinaturas — uma CPI de caráter geral, voltada para a investigação do financiamento das campanhas eleitorais no Brasil, sem discriminação,

envolvendo todos os partidos e centrais sindicais.

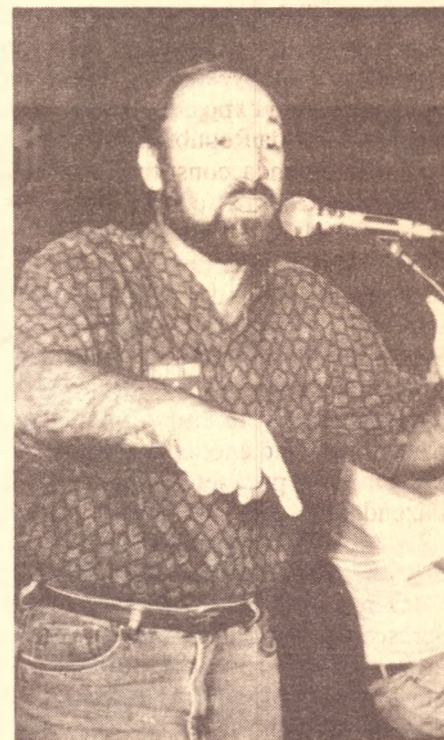
Papel Sujo da Imprensa

Ainda assim, e sob forte impulso da grande imprensa, as especulações contra a CUT se avolumaram até o final de novembro. Em 24/11 a *Folha de S. Paulo* fez grande alarde em torno de uma "descoberta": entre abril e dezembro deste ano um sindicato cutista — o dos Condutores do ABC — havia feito à "Articulação" doações de CR\$ 203 mil, menos que 1.000 dólares. Os recursos destinavam-se, verificou-se depois, à Articulação Sindical, mas durante vários dias a imprensa serviu-se da notícia para fustigar a esquerda. "Sindicato da CUT dá dinheiro ilegal a Lula", chegou a estampar, em manchete, a *Folha da Tarde*, que está sendo processada pelo presidente do PT.

A CPI terminaria frustrada pelo surgimento de um grande número de fatos comprometedores contra a direita, em particular contra o próprio PPR. Em 30 de novembro, o empresário e pianista João Carlos Martins prestava depoimento à Polícia Federal e confessava que havia arrecadado entre grandes empresários milhões de dólares, em "doações" ilegais para as "caixinhas" de Paulo Maluf.

Complicações para a direita

Um dia antes, PC Farias, "um autêntico arquivo vivo das falcatrias praticadas pelos grandes grupos econômicos", como escreveu Jair Meneguelli num artigo, era preso na Tailândia e criava grande nervosismo entre os empresários que contribuíram para as campanhas de Collor. A CPI do Orçamento recusou-se a



Meneghelli: "nada a temer"

convocá-lo para um depoimento público. Em 2 de dezembro, finalmente, o senador José Paulo Bisol e a Polícia Federal apreendiam na casa de um diretor da Construtora Odebrecht em Brasília um conjunto de documentos e disquetes que implicava dezenas de congressistas e inúmeros governadores.

A partir de então os esforços dos conservadores tiveram de ser direcionados num esforço para impedir ao máximo que as informações chegassem a público. A própria retomada da Revisão Constitucional passou a correr risco. Frustrada momentaneamente, a CPI da CUT transformou-se no entanto numa arma que a maioria conservadora — e suspeita — do Congresso tentará por certo ressuscitar no futuro, se possível em momentos decisivos da disputa pela Presidência.

A.M.



CARTAS MARCADAS, MINISTRO

Cabe à *Gazeta Mercantil* e ao veterano repórter Paulo Totti um mérito indiscutível. Entre todos os jornais diários eles foram os únicos a noticiar, em 9 de dezembro, a chegada ao Fundo Monetário Internacional do plano econômico divulgado um dia antes pelo ministro Fernando Henrique Cardoso. Tanto o Palácio do Planalto quanto a grande imprensa procuraram tratar com o máximo de discrição o fato. Mas não há dúvidas: ele é essencial para compreender o significado e os objetivos — mas também os limites — do programa através do qual o ministro da Fazenda e seus aliados pretendem atravessar mais um ano no governo Itamar, enfrentar a “ameaça” Lula e liderar um amplo arco de forças que, acreditam, os capacitará a vencer as eleições cruciais de 1994. Levado ao Fundo pelo presidente do Banco Central brasileiro, Pedro Malan, o conjunto de documentos, revelou Totti, era *mesmo* apresentado na véspera à imprensa brasileira: uma exposição de motivos ao presidente da República e uma proposta de emenda constitucional submetida ao Congresso. A entrega dos papéis foi feita em Washington, durante uma reunião preparatória à Assembleia Anual do Fundo que ocorrerá em 94. Malan compareceu para poupar Fernando Henrique do constrangimento: com exceção do próprio Brasil, todos os seis países latino-americanos participantes do encontro estavam representados por seus ministros da Fazenda.

O Dedo do Fundo

O repórter da *Gazeta Mercantil* acrescentou um dado muito relevante: ao contrário da opinião pública brasileira, o FMI havia tido “oportunidade de examinar previamente algumas dessas medidas durante a visita que sua missão realizou a Brasília em meados de novembro último”.

Para compreender a operação que levou o ministro tucano a uma postura tão subserviente em relação ao Fundo é preciso recuar um pouco no tempo, e examinar de modo mais amplo o cenário político. Em 17 de novembro dois dos dirigentes mais destacados do PSDB, o presidente do partido, Tasso Jereissati, e o governador do Ceará, Ciro Gomes, desembarcaram em Brasília e desfecharam uma operação política de grande envergadura.

Num único dia Tasso e Ciro reuniram-se com três das lideranças mais expressivas do “centro”: o ministro da Previdência, Antônio

Britto, o líder do governo no Senado, Pedro Simon, e o ex-prefeito de Curitiba, Jayme Lerner. Deixaram claro à imprensa que discutiam a sucessão presidencial. E não fizeram segredo de que jogavam alto. As negociações com os possíveis aliados partiam do pressuposto segundo o qual “numa coligação a cabeça é nossa”, como frisou no mesmo dia o líder dos tucanos na Câmara, José Serra.

A Chance dos Tucanos

O PSDB parecia haver se apercebido de que precisava agir com rapidez se quisesse preservar suas chances na disputa sucessória. Lula já estava muito à frente dos adversários nas pesquisas de intenção de voto. PMDB e PFL estavam parcialmente paralisados pelas denúncias que atingiram suas lideranças na CPI do Orçamento. O PPR do senador Esperidião Amin, porém, articulava a convocação da CPI da CUT, e procurava apresentar-se como líder das forças antiesquerdistas.

Inteiramente comprometidos com o governo, os tucanos tinham de impedir que o amplo controle que exercem sobre a política econômica se transformasse num fator de desgaste político insuperável. Várias vezes adiada nos meses anteriores, a idéia tentadora de lançar um plano de combate à inflação precisava ser desengavetada antes que fosse muito tarde. A própria imprensa chamava a atenção para o fato. Havia algumas semanas a *Folha de S. Paulo* sugerira abertamente, num editorial revelador, que o ministro da Fazenda deveria servir-se de seu cargo para desencadear um conjunto de medidas que o projetasse como esperança das elites no combate a Lula.

No mesmo dia em que Tasso e Ciro intensificavam as articulações com o “centro” voltaram a surgir na imprensa especulações sobre a proximidade da edição de um plano antiinflacionário.

Segundo esses boatos, as medidas seriam algo híbrido. Conteriam os cortes de recursos públicos, de investimentos em in-

fra-estrutura e de programas sociais que os neoliberais sempre apontam como necessários para “equilibrar o Orçamento”. Por outro lado, incluiriam medidas claramente populistas.

Saída pela Direita

O governo, diziam os jornais, lançaria um programa bombástico de combate aos sonegadores, incluindo prisões e taxaço dos “sinais exteriores de riqueza”. Além disso, partiria para um



combate mais decisivo aos preços, sustentado pela adoção de um “indexador cambial”. Monitorado pelo governo, o dólar passaria a subir *menos* que a inflação todos os meses, e estariam presos a ele as tarifas públicas, os reajustes da casa própria e muito especialmente os preços praticados pelos *oligopólios* — sabidamente os que sempre lideram a corrida inflacionária.

Nas cerca de duas semanas que se passaram até o anúncio definitivo das medidas o ministro da Fazenda e seus principais assessores dedicaram-se a lançar sucessivos balões de ensaio sobre o plano, e a modificá-lo segundo as reações. A forma final que o programa assumiu deve ser creditada especialmente ao quadro político anterior ao ano eleitoral, e ao papel que os tucanos pretendem desempenhar na disputa. A própria *newsletter Carta Política*, que circula entre o empresariado, reconheceu em sua edição de 15 de dezembro que o conjunto de propostas apresentado por FHC tinha caráter claramente eleitoral.

Sem condições de disputar com Lula o eleitorado *de esquerda*, e sem vontade de aliar-se a ele, restou ao PSDB e à equipe econômica capaz de costurar um pacote que procurasse unificar o centro. Por saber também que dificilmente haverá espaço para mais de um candidato antilulista, os tucanos não hesitaram em aproximar-se ao máximo da direita, para atrair o maior número de aliados entre esse setor. Exatamente por isso, o programa econômico finalmente apresentado dia 7 (*leia análise detalhada nas páginas 8 e 9*) segue à risca o receituário essencial do FMI: é extremamente duro com os investimentos públicos, ameaça os salários e pode provocar recessão — mas não incluiu qualquer controle com-

pulsório sobre os preços, qualquer iniciativa contra os oligopólios, qualquer combate mais duro aos próprios sonegadores.

Ataque aos Salários

Nada menos que 3,8 bilhões de dólares serão subtraídos dos recursos originalmente destinados, no Orçamento de 94, ao pagamento do funcionalismo; haverá US\$ 2,1 bi a menos para os aposentados e pensionistas; e US\$ 5,5 bi serão arrancados dos investimentos estatais, já severamente comprimidos nos últimos anos.

Como se não bastassem os presentes, o ministro se apressou em fazer acenos *futuros* à direita. Fingiu não ver que a maioria conservadora que domina o Congresso está marcada pela suspeita, e comprometeu-se formalmente com uma Revisão Constitucional realizada antes das próximas eleições. Garantiu que apoiará todos os projetos essenciais da direita — fim dos monopólios de telecomunicações e de petróleo, relativização dos direitos sociais, fim da aposentadoria por tempo de serviço — e mais alguns: sugeriu por exemplo que defenderá até mesmo a eliminação do dispositivo que obriga a aplicar 18% da receita tributária da União em educação.

Juros nas Alturas

FHC prometeu desde o início, em contrapartida, manter “por vários meses” a política de juros estratosféricos que faz lembrar a pior fase do governo Collor, e que garante transferências bilionárias aos grandes grupos econômicos credores do Estado. Uma semana depois do plano, as taxas estavam no patamar de 24% ao ano acima da inflação, certamente um recorde mundial.

Os tucanos fizeram uma clara aposta à direita. Nem isso garante de antemão, porém, que terão êxito. Os próprios desarranjos que o plano provoca entre as elites são notáveis, como provam as críticas duras dos militares e as queixas dos governadores.

Há para o ministro um segundo risco ainda mais grave. Para unir as forças de centro e atrair setores significativos da direita ele precisaria demonstrar que seu plano o capacita a enfrentar Lula, o grande fantasma dos conservadores, com chances reais de vitória. Vistas as características das medidas, no entanto, fica claro que o ministro só poderia conservar sua popularidade se a própria esquerda, hoje em condições de dirigir-se a amplas parcelas da população, se calasse diante do arrocho de salários, do desmantelamento do Estado e do ataque a conquistas históricas dos trabalhadores. Será essa a aposta de Fernando Henrique?

Antônio Martins

PLANO FHC: UM TRUQUE CHAMADO URV

As regras propostas pelo ministro para transição rumo à nova moeda protegem os setores mais fortes, e submetem os outros ao mercado

A adesão "voluntária" à URV é o aspecto mais importante do plano de estabilização anunciado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso. A forma e o momento da passagem para o novo indexador deverão definir o tamanho das perdas e dos ganhos de cada segmento social na fase de transição para a nova moeda.

O governo quer fazer da URV o indexador mais confiável, de forma que o grande capital passe a utilizá-lo. Isso praticamente afasta a possibilidade de correção diária da URV abaixo da inflação, algo que abalaria sua confiabilidade. Dessa forma, na hipótese de o plano dar certo, estará livre de novas perdas quem passar a corrigir seus preços diariamente pela inflação corrente, expressa na URV.

Mas isso não é tudo, já que a passagem para a URV não será igual para todos. Como e quando passar para a URV definirá as perdas na passagem. Está de volta a velha polêmica sobre picos e médias.

Favorecimento

A grande empresa pode fixar de imediato seus preços em URV e tentar impor esses preços a fornecedores e distribuidores. Ao fazê-lo, vai escolher algum ponto entre o pico e a média. Se ela hoje reajusta preços a cada quinze dias, pela taxa de câmbio, a conversão para URV deveria se fazer dividindo o preço em cruzeiros reais (fixo durante os quinze dias) pela taxa média de



Em busca de apoio, FHC deixou de afrontar os grandes grupos econômicos

obteria o preço médio em dólares, ou o preço médio em URV (se esta tiver valor igual ao dólar). Agindo dessa forma, a empresa iria manter seu preço real inalterado.

Mas ela pode aproveitar a situação para obter um ganho extra, se fizer a conversão pelo valor em dólares do primeiro dia, valor de pico. Ou pode fazer por um valor abaixo do pico e acima da média, e

funcionários que convertam seus preços pela média, com resultado semelhante. O resultado será mais inflação em cruzeiros e novos ganhos para as empresas mais fortes.

Perdas

Num quadro assim, aumentariam os estímulos para que os setores mais frágeis (inclusive os trabalhadores) procurassem passar seus preços e

salários para URV, mesmo perdendo na conversão. A alternativa seria ficar em cruzeiros e acumular perdas cada vez maiores. E a adesão "voluntária" dos sindicatos impediria qualquer reclamação judicial posterior.

Alegam os defensores do plano que essas perdas, se ocorrerem, seriam compensadas pela vantagem propiciada pelo fim da inflação. De fato, a estabilidade de preços tende a facilitar uma recomposição da renda dos assalariados e dos trabalhadores em geral. Mas isso depende do nível de atividade da economia, fator fundamental para definir o poder de barganha dos segmentos sociais mais frágeis, como se sabe.

Os formuladores do plano não querem aquecimento da economia. Num quadro assim, ficaria mais difícil ajustar as regras de conversão entre os diversos segmentos do capital e entre estes e os trabalhadores. Já anunciaram juros altos e podem recorrer a outros mecanismos para impedir que a estabilidade monetária, se alcançada, possa levar a um aquecimento rápido da produção. De quebra, deixam para soltar as amarras mais perto das eleições...

Preços no Pico

Quanto à possibilidade de que as grandes empresas convertam preços pelo pico, alegam que a recessão e a concorrência dos produtos importados irão refrear os aumentos de preços na passagem para a URV. E

contam também com o fato de que muitos setores da economia já estão de fato praticando reajustes diários, de forma mais ou menos aberta.

Nada disso garante que os setores mais fortes deixem de procurar um ganho a mais num momento de mudança como este. Duas armas poderosas já estão desativadas a princípio. A primeira, já vista, seria estimular a produção, de forma a aumentar o poder de barganha dos setores mais frágeis. A outra seria corrigir o câmbio abaixo da inflação, de forma a baratear os produtos importados.

Com isso, dois segmentos já estão protegidos de saída: quem recebe em dólares, pois o câmbio acompanhará a inflação, sem riscos de perdas por sobressaltos ou incertezas; e quem pode aplicar no mercado financeiro, pois os juros reais continuarão altos.

Como convém a um plano de inspiração liberal, protegem-se de saída os setores mais fortes, sob o pretexto de que são medidas inevitáveis e que permitirão a estabilidade monetária que beneficiará a todos. E deixa-se ao "jogo de mercado" o ajustamento entre os demais, como se todos tivessem a mesma força e pudessem decidir o que fazer com o mesmo grau de liberdade.

O plano tem chances de funcionar, talvez mais chances do que seus antecessores. Uma razão para isso é que ele não confronta os

setores mais poderosos, dando a eles uma ampla margem de adaptação. Mas não são pequenos os obstáculos.

O primeiro e mais geral é enquadrar as disputas dentro do capital e entre este e o trabalho às regras de uma economia com moeda estável, como acontece na maior parte das economias capitalistas. O segundo é alcançar algum tipo de ajuste fiscal, nas condições políticas atuais. Afora esses problemas abrangentes, há outros mais específicos.

Salários

A fixação do salário mínimo em URV é um deles. Se prevalecer a regra de impor a conversão dos salários pela média, o mínimo deverá ficar escandalosamente baixo, com forte desgaste político. Se não for assim, se estará fixando um patamar muito explícito para orientar a luta sindical para recuperar perdas. Esta poderá ser facilitada pela explicitação dos valores e preços em moeda constante, algo que deverá deixar muito clara a superexploração do trabalho hoje existente.

Outro problema sério é o comportamento da inflação em cruzeiros à medida que os preços forem passando para URV. A depender da aceleração que ocorra, haverá sério desgaste político e poderão surgir movimentos especulativos nos mercados quanto à manutenção do plano.

Há por fim todos os problemas

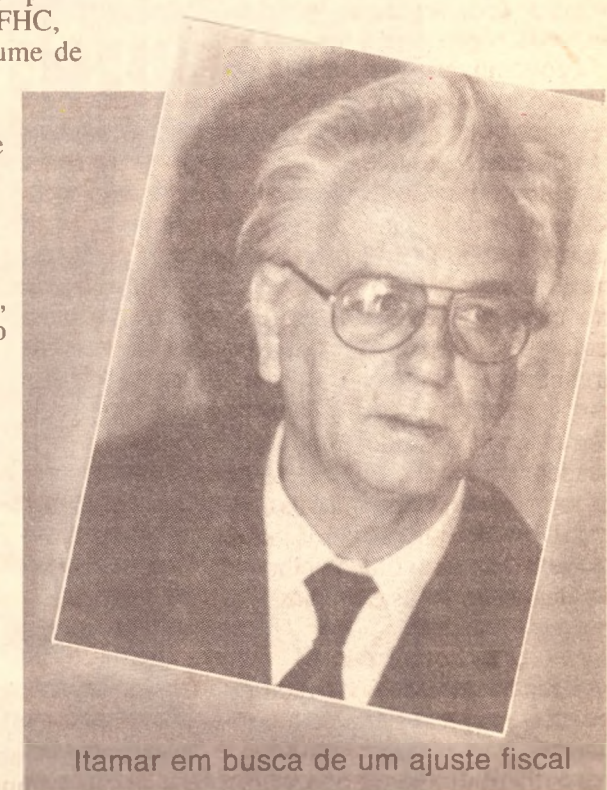
ligados à transformação da URV em moeda corrente, em especial a anunciada conversibilidade em dólares da nova moeda. Só esse tema merece uma reflexão prolongada.

Entre os fatores que ampliam a margem de manobra de FHC, destaca-se o elevado volume de reservas cambiais e os riscos desprezíveis de que se reverta o fluxo de capitais externos para o Brasil nos próximos meses. Além disso, a economia já está se desaquecendo lentamente, depois do crescimento do primeiro semestre. Isso evita a necessidade de medidas claramente recessivas, mantendo como hipótese mais provável a continuidade do cenário de estagnação hoje prevalecente.

Mas o principal fator favorável é a ausência de programas alternativos, tanto no que se refere aos problemas fiscais quanto ao combate à inflação.

As propostas existentes não têm uma formulação detalhada e articulada o bastante para romper o cerco ideológico montado pelos liberais em todos os terrenos do debate de idéias no país. Esse não

é um problema novo, como se sabe. Nesses momentos, aparece com toda a gravidade.



Itamar em busca de um ajuste fiscal

Carlos Eduardo Carvalho
Economista, assessor da Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT)

PREÇOS E SALÁRIOS:

Ao optar pela dolarização indireta via URV nessa primeira etapa do plano econômico, o governo adia os problemas que terá de enfrentar quando chegar à dolarização de fato e aposta num sucesso temporário na queda da inflação que lhe é crucial para a travessia do cronograma político daqui até as eleições de 1994. O que já se sabia era a real preocupação da equipe econômica peessedebista. O caminho da URV, contudo, ao introduzir engenhoso artifício que pode produzir aquele sucesso, abriga um potencial de perdas muito maior do que os planos anteriores para os contratos e preços que permanecerem mais tempo em cruzeiros reais, e/ou que não conseguirem ser convertidos para URV pelo seu "pico".

O alvo maior é conhecido: tendo em vista as dificuldades internas e externas do atual governo e a perda de condições de implementar as reformas liberalizantes - a última oportunidade era a revisão constitucional -, a prioridade

política passou a ser garantir governabilidade para Itamar até o final do mandato, viabilizar uma alternativa à eleição presidencial de 1994 e deixar o "ajuste duro" para o próximo governo. O que garantirá tal cenário, também se sabe, é a queda da inflação, ainda que temporária (até as eleições, no máximo) e relativa, mesmo que para isso acumulem-se problemas mais sérios para o futuro.

Indexador

Por não ser moeda, mas sim um indexador do tipo da UFIR, e por não ser de uso compulsório, mas compelido, a URV tem condições teóricas de produzir uma taxa de inflação, medida em URV, muito baixa durante alguns meses. Para isso, é preciso que a adesão ao novo indexador seja a mais rápida e ampla possível - isto é, que este tenha alta credibilidade - e que, depois disso, os preços, expressos em URV, não se alterem.

É nesse ponto que surgem algumas

questões que merecem maior análise. A primeira é que dificilmente o governo vai esperar a aprovação do Orçamento para introduzir a URV na economia: as negociações difíceis em torno dos cortes e impostos podem abalar de forma fatal a atração exercida pelo novo indexador. A segunda é que tais cortes e impostos serão objeto de ampla flexibilidade por parte do governo: de um lado, porque não são essenciais para o Plano, visto que não estamos diante de nenhuma âncora fiscal e sim de uma âncora cambial; de outro, porque não é bom para o governo e para FHC acumular atritos políticos que lhes custem caro mais à frente. De mais a mais, rombos orçamentários nunca foram problemas assim tão incontornáveis para os governos de plantão.

Salários

A terceira questão diz respeito diretamente aos preços e salários. É por confiar em que seus preços preservarão seu patamar real que os agentes adeririam à URV-dólar. Assim, eles tenderão a fa-



zer a conversão pelo maior valor possível. Alguns não conseguirão, outros até superarão o seu "pico" real. Para a taxa de inflação medida em URV isso é ótimo, na medida em que não surgiram, teoricamente, pressões por reajustes de preços posteriormente à conversão. Isso pode causar problemas para o governo, se este reajustar seus preços pela média real, uma vez que estará transferindo renda para o setor privado. Mas não será um problema tão dramático se lhe trouxer o benefício da infla-

ção baixa em URV - e também porque não é todo o setor privado que conseguirá impor o seu "pico". Se pressionar os preços a converterem-se pela média e/ou comprar muitas brigas com os oligopólios (que certamente superarão seu "pico"), poderá haver inflação em URV logo em seguida e/ou abrir atritos desagradáveis - ou seja, prejudicar o cronograma político. Tais atritos, aliás, poderiam ser fatais para a credibilidade da URV: se decidirem não adotar o novo indexador, meia dúzia

A CONVERSÃO ESPERADA

de grandes agentes terão encomendado o enterro do plano, ainda que o medo do cruzeiro inflacionado possa coibir esse boicote.

Quem Pode Mais

Em resumo: a URV, para cravar inflação baixa, exige que os agentes contentem-se com seu patamar de conversão. Por isso é que não foi adotada como moeda: isso obrigaria a tabelas de conversão e de preços que já produziram heróis efêmeros e derrotados obsessivos na nossa epopéia inflacionária. A alta de inflação que decorrerá desse tipo de conversão será toda registrada pelos índices de preços que pesquisam em cruzeiros reais. E é por isso também que a adesão não é compulsória: abre-se mão de regras para não haver muitos atritos. Resultado: quem pode mais na conversão chora menos - axioma ditado pela própria estrutura distributiva atual, que, ingênuos, imaginávamos ter alguma relação com a inflação. FHC nos ensina, afinal, que não.

E os salários? Estes certamente serão os

últimos a conseguir a conversão, no caso de o novo indexador ter realmente pego. Enquanto isso, já terão perdido enormemente, dado que defrontar-se-ão com preços estabilizados em dólar, indexados diariamente, enquanto permanecem em cruzeiros e indexados de geração em geração, tal a vertigem da corrosão monetária que se criará. Quando finalmente forem voluntária ou compulsoriamente convertidos, certamente o serão pela média real - já agora ainda mais rebaixada pelo efeito acima. A história é antiga: não podem pressionar a demanda; essa média é o valor efetivamente recebido; a inflação agora é zero, portanto há ganhos; etc. e etc.

Em dando tudo conforme o previsto, disporemos de índices inflacionários em URV suficientemente baixos para estimular o passo final - a adoção da nova moeda, provavelmente depois da saída de Fernando Henrique do ministério. Mas aí é que serão elas:

enquanto o cruzeiro real existir e funcionar como amortecedor da inflação, permitindo que a URV acompanhe o dólar sem nenhuma relação cambial direta, tudo bem. Quando se extinguir o amortecedor, a primeira pergunta a responder será: qual é a taxa de câmbio entre a nova moeda e o dólar? A segunda pergunta, respondida a primeira: essa taxa de câmbio fica congelada, como na Argentina, ou vai variar, como o cruzeiro, o cruzeiro novo, o cruzeiro, o cruzado, o cruzado novo, o cruzeiro e o cruzeiro real? O timing do cronograma político não poderá evitar que essas perguntas obtenham respostas desastrosas. E aí quem pode menos em votos chora mais.

Luiz Guilherme Piva
Economista, doutorando em Ciência Política e Coordenador de Programas e Projetos do DESEP-CUT.

NÃO BASTA DIZER "O PETRÓLEO É NOSSO"

TEM QUE SABER O QUE VAI
ACONTECER SE O PETRÓLEO
PASSAR A SER DELES...



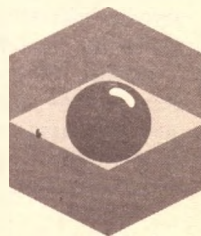
Muita gente que lê este jornal sabe que o petróleo não pode ficar nas mãos das multinacionais. Mas tem muito mais gente que não lê este, nem nenhum outro jornal, que não compreende nada desta história de "soberania nacional"...

A quebra do monopólio estatal do petróleo tem conseqüências imediatas sobre nossa economia. Por exemplo: a definição dos preços ao consumidor do gás de cozinha, do óleo diesel, do óleo industrial e da gasolina pode deixar de ser uma atribuição do governo federal. E passar para as mãos da Esso, da Shell, da Texaco. Aí sim, o peso desta decisão vai acabar no bolso de todo leitor ou não leitor de jornal...

FEDERAÇÃO ÚNICA
CUTISTA / PETROLEIROS

CUT

COMITÊ EM DEFESA
DO MONOPÓLIO
ESTATAL DO PETRÓLEO
E DA PETROBRÁS



**MOVIMENTO
EM DEFESA
DO SISTEMA
PETROBRÁS**

É DO POVO, NÃO SE ENTREGA.

PARA APOIAR ESTA LUTA DISQUE: Mauá (011) 450-5422, SP (011) 255-4972, SJC (0123) 29-7188, Santos (0132) 34-5964, Campinas (0192) 41-6144

Bisol

O Senador José Paulo Bisol do PSB, autor da mais importante revelação da CPI até agora - esquema da Odebrecht - teme que as pressões do próprio Congresso e do poder econômico comprometam o futuro das investigações. Entrevista a José Américo Dias.



A CPI adiou a divulgação do relatório parcial previsto para o dia 17 de dezembro. O que o sr. acha disso?

Desde o princípio fui contra o relatório parcial. As decisões da CPI devem ser tomadas com cognição plena. A sociedade está ansiosa pelos resultados. Mas o prolongamento do prazo para janeiro para a apresentação do relatório é benéfico para a conclusão final da CPI.

A CPI enfrenta muitas dificuldades para desenvolver o seu trabalho?

Sim. O primeiro problema é o caráter cênico que envolve o seu dia-a-dia: os depoimentos, a presença de muita gente nas sessões e a repercussão fragmentária de seus atos compõem um clima que às vezes prejudica nosso trabalho. Em segundo lugar, a CPI consiste numa espécie de autoflagelação do próprio Congresso. Suscita muitas paixões em seu interior e perturba psicologicamente numerosos parlamentares. Isso cria um clima desconfortável para nossa atividade.

A paralisia que ela vem enfrentando tem a ver com isso?

Não exatamente. O principal motivo da paralisia decorre da ambiguidade que tem permeado os seus passos até agora. Há uma preocupação muito grande de evitar desgastes aos inocentes. Mas isso é muito perigoso. Se há uma prova ela tem que ser oferecida à sociedade, como foi o caso dos documentos que encontrei na casa do diretor da Odebrecht. Se quisermos fazer uma investigação séria, não podemos evitar totalmente que algumas pessoas inocentes apareçam entre os suspeitos. O que a CPI errou nesse episódio foi não ter estabelecido essa definição, informando que as pessoas relacionadas no documento da Odebrecht poderiam ser inocentes. Mas isso não significa que, em nome da proteção de alguns, devamos interromper a divulgação de uma lista de suspeitos, pois nesse caso estaríamos — isso sim — protegendo os culpados.

A divulgação do documento da Odebrecht suscitou uma campanha violenta contra o senhor. São pressões contra o aprofundamento das investigações?

As críticas que são feitas, especialmente aquelas relacionadas com a necessidade de não ampliarmos exageradamente a abrangência das investigações, são compreensíveis. O problema é que não estamos diante de um caso isolado de corrupção. Na verdade, temos no Brasil um caso de corrupção consuetudinária, de uma corrupção generalizada que atinge o Congresso e o Estado, o empresariado e outros setores da sociedade. Você não consegue investigar uma coisa isoladamente, sem descobrir outras pelo caminho. É por isso que a CPI está perplexa.

Mas então, senador, qual é o rumo que a CPI deve seguir?

Deve reconhecer a existência de um Estado e de um Congresso profundamente contaminados pela corrupção. Até os bons, nesse caso, na medida em que lutam para preservar as instituições, acabam cooperando com esse estado de coisas. Quanto ao objeto principal de seu trabalho, a corrupção do Orçamento, a CPI deve ser rigorosa, fixando um prazo compatível com a necessidade das investigações, e sugerir a punição dos culpados. Isso é importante, pois vai colocar o Congresso cara a cara consigo mesmo.

O sr. acredita que isso irá acontecer?

Tenho receio de que não ocorra. Há muita gente digna na CPI, mas enfrentar um poder político e econômico como este é muito difícil. Tenho medo de que não haja gente com estatura para esse desafio na quantidade necessária no Congresso Nacional.

As pressões contra a CPI se localizam apenas no Congresso?

Os latifundiários, os banqueiros e os grandes empresários são uma força organizada muito poderosa em nosso país e vão fazer de tudo para tolher o trabalho da CPI. Atribuo o movimento contra mim no episódio da Odebrecht a este poder. Como não conseguem negar o argumento, tentaram desmoralizar o autor.

E a Comissão Nacional da Devassa que o senhor propôs, inclusive ao presidente Itamar?

Seria um Conselho da Cidadania, indicado pelo presidente da República e referendado pelo Congresso. Caberia a esse conselho escolher para cada caso a ser investigado as personalidades encarregadas de fazer a investigação em

pauta. Mas, apesar da simpatia do presidente à minha proposta, ela não encontrou o respaldo político suficiente, além de enfrentar sérias resistências do Poder Judiciário.

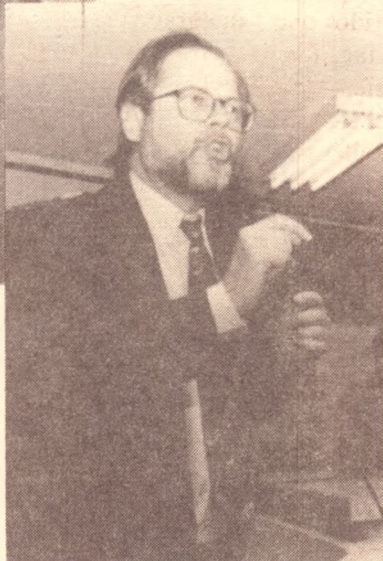
Em sua opinião, a Revisão Constitucional não deveria ser suspensa enquanto durasse a CPI?

Não há dúvida. Especialmente se consideramos que esta Revisão Constitucional foi mal-posta. De um lado é revisão, de outro é uma nova constituinte, e este Congresso não foi eleito para isso. Isso torna mais grave sua continuidade simultaneamente à CPI. Mas os interesses que estão por trás desta Revisão são muito fortes e têm um apoio muito consistente no Congresso. Estou participando da Revisão apenas porque considero necessário

impedir que o seu resultado seja pior para o povo.

Luto para tentar diminuir o seu caráter peçonhento e anti-popular.





Cristovão Buarque e Zé Dirceu, candidatos já escolhidos pelo PT

Rio Grande do Sul

O eleitorado gaúcho deverá ser disputado por quatro candidaturas. Uma da aliança PPR e PFL — no momento, já há a candidatura de Luís Carlos Mandelli (PPR), ex-presidente da Federação das Indústrias e tesoureiro de Collor na campanha presidencial. Outra do PDT, cujo futuro depende dos desdobramentos da CPI que investiga a corrupção no governo Collares, e também dos movimentos que Brizola estimula no Estado, no sentido de unificar o PDT, o PMDB e o PTB. Uma terceira, provavelmente a de Britto (PMDB), que trabalha para ter o apoio do PTB, do PSDB e do PCdoB, sendo que os dois últimos partidos têm seu apoio disputado também pelo PT. E, finalmente, a candidatura Olívia Dutra. Já tendo escolhido seu candidato ao governo, o PT gaúcho começa a discutir seus nomes ao Senado. No dia 30 de janeiro, o Diretório Estadual do PT-RS deverá escolher quatro ou cinco nomes, que serão apresentados aos partidos do arco de alianças do PT. Na última reunião de sua direção regional, surgiram os nomes dos deputados federais Raul Pont, Adão Preto e Paulo Paim; dos secretários municipais de Porto Alegre, Pila Vares e Zé Clóvis Azevedo; da ex-secretária municipal de educação Esther Pilar Grossi; da presidente do Diretório Municipal de Porto Alegre, Iria Charão; e do presidente estadual da CUT, Jairo Carneiro. Em qualquer caso, o senador Bisol é "candidato nato" a uma das vagas ao Senado, caso não vingue a proposta de fazê-lo vice de Lula.

Santa Catarina

O eleitorado barriga-verde provavelmente terá de escolher entre quatro alternativas ao governo do Estado. Pelo PMDB, deve disputar Paulo Afonso Vieira, que já foi candidato ao governo em 1990. A candidatura de Paulo Afonso conta com o apoio do senador pedetista Nelson Wedekin, que busca viabilizar a coligação PMDB-PDT. A direita, atualmente reunida na União por Santa Catarina, pode dividir-se entre os pefelistas ligados a Jorge Bornhausen, que tentam lançar ao governo o nome de Raimundo

Colombo, presidente do PFL e ex-prefeito de Lajes, e os peperistas ligados a Esperidião Amin. À esquerda, a Frente Popular aprovou um calendário para definir seu programa de governo e suas candidaturas ao governo. O PSDB propôs para governador o nome de Jailson Barreto; o PT propôs para o mesmo cargo o deputado estadual Miltom Mendes. Para o Senado, PSDB e PT apresentaram, respectivamente, os nomes de Dirceu Carneiro e Luci Choinaski. A definição da chapa majoritária da Frente Popular deve ocorrer até 21 de março. A dúvida principal é quanto à participação do PDT na Frente.

Paraná

O PT paranaense decidiu-se pela candidatura a governador de Jorge Miguel Samek, engenheiro agrônomo e vereador petista em Curitiba. Agora discutem-se os possíveis candidatos ao Senado. Há três nomes no páreo: José Aiex, ex-presidente da Associação dos Médicos do Paraná; Emanuel Appel, professor universitário, membro do Diretório Nacional do PT; e Luis Herllain, mecânico e ativista dos movimentos populares. Outros nomes podem ser inscritos até 19 de janeiro, cabendo a decisão final ao Encontro Estadual do PT-PR. Registre-se que a segunda vaga é reservada para os possíveis aliados: PCB, PSB, PCdoB e PPS, sendo que pelo menos os dois últimos podem vir a se aliar com a candidatura que venha a ser apoiada pelo governador Roberto Requião (PMDB).

Fora do PT, o quadro permanece indefinido. Jayme Lerner (PDT) e pelo senador José Eduardo Andrade Vieira (PTB), que integram o mesmo grupo regional, querem ambos disputar o governo do Estado. Roberto Requião busca consolidar uma aliança com o ex-governador Álvaro Dias (PP); mas este não descarta o apoio à mesma chapa do senador José Eduardo. Quanto aos tucanos, fechariam com a candidatura ao governo de Jayme Lerner; já a candidatura do senador José Eduardo enfrenta dificuldades no PSDB.

São Paulo

O quadro eleitoral paulista depen-

de das decisões que Quércia e Maluf venham a tomar. O mais certo é que ambos não disputem o mesmo cargo — sendo provável que Quércia dispute a Presidência e Maluf, o governo do Estado. Nesse caso, o PMDB lançaria um candidato fraco, sendo a eleição disputada de fato pelo PPR malufista, pelo PSDB (que definiu Covas como candidato) e pelo PT de José Dirceu.

O PT começa agora a discutir suas candidaturas ao Senado. São lembrados, entre outros, os nomes do deputado federal Hélio Bicudo e das ex-prefeitas Luiza Erundina e Telma de Souza. Outros nomes poderão surgir até o final de janeiro. Nos dias 5 e 6 de fevereiro, o Diretório Regional do PT-SP discutirá o processo de escolha de seus candidatos ao Senado. Uma das vagas deverá ser ocupada por um dos partidos aliados. Atualmente, o PT discute com o PSB e com o PCdoB. Não se descarta, também, um acordo com o PPS.

Rio de Janeiro

Três candidaturas fortes disputarão o eleitorado carioca: uma pelo PDT, outra pelo PSDB e uma terceira pelo PT. Das três, só uma tem nome certo: Marcelo Allencar, ex-prefeito da capital do Rio, será o candidato do PSDB. Mas de um PSDB que cresceu de 4 para 35 mil filiados em uns poucos meses, tendo absorvido setores expressivos da direita carioca e das oligarquias do interior do Estado. Eleitoralmente forte, Marcelo Allencar tem contra si as denúncias de corrupção que o envolvem, e a seus filhos, diretamente. O PDT tem um leque de potenciais candidatos ao governo: o senador Darcy Ribeiro e os ex-prefeitos Noel Carvalho (Resende), Jorge Roberto da Silveira (Niterói) e "Garotinho" (Campos). Qualquer que seja o escolhido, entretanto, pesará contra si o péssimo desempenho da segunda gestão brizolista; mas contará a seu favor o cacife eleitoral do PDT (cujo pior desempenho, na eleição passada, bateu os 15%), que possibilita prever uma passagem quase certa para o segundo turno. No PT, a candidatura Wladimir Palmeira, vencedora incontestável de uma prévia sem

quórum, pode vir a enfrentar uma disputa com o vereador Jorge Bittar, que vários setores do Partido querem ver candidato ao governo do Estado. A data limite para Bittar decidir se disputará ou não com Wladimir, no Encontro Estadual do PT, é o próximo dia 13 de janeiro. Quanto aos partidos tradicionais da direita, esses devem lançar candidatos relativamente fracos. É o caso do PMDB, do PPR e do PFL.

Minas Gerais

Já há duas candidaturas em campanha: Hélio Costa, ainda sem partido, e Newton Cardoso, pelo PMDB. O atual governador, Hélio Garcia, tenta articular uma aliança entre seu grupo, setores do PSDB, vinculados ao ex-prefeito de Belo Horizonte, Eduardo Azeredo, e também o PMDB. O PT ainda não definiu quem será o seu candidato ao governo do Estado. Será realizada uma consulta às bases do Partido, que desembocará em reunião do Diretório Regional do PT-MG, em 5 e 6 de fevereiro. Seis nomes foram apresentados às bases: o atual presidente do PT e ex-prefeito de Ipatinga, Chico Ferramenta; o deputado estadual Antonio Carlos Pereira; os deputados federais Nilmário Miranda e Sandra Starling; o vereador Virgílio Guimarães; e Marcelo Guimarães, diretor do Departamento Nacional de Combustíveis do Ministério de Minas e Energia. Caso a consulta resulte em mais de um candidato, haverá uma prévia em 12 e 13 de março. Ressalte-se que é a terceira vez que o Diretório Estadual tenta definir o candidato do PT mineiro ao governo do Estado.

Mato Grosso

A última reunião do Diretório Regional do PT-MS decidiu, por unanimidade, romper as negociações com a Frente encabeçada pelo prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira (PDT). Os motivos são vários. A Frente não garantiu ao PT um tratamento preferencial para a candidatura Lula — na linguagem do PT,

BARULHO NOS QUARTÉIS

Dois jornais militares indicam: as ameaças golpistas do general Bezerra Leonel podem não ser um fato isolado

“apoio consorciado” ou “compatibilização com a campanha Lula”. Ao mesmo tempo, acordos feitos entre Dante de Oliveira e o PMDB conferiram a este partido a hegemonia na Frente, cabendo-lhe uma candidatura ao Senado e a vice-governança. Além de o PMDB não integrar o arco de alianças do PT, regionalmente ele é dirigido por Carlos Bezerra, do grupo quercista. O PT rompeu com a Frente, mas mantém negociações bilaterais com vários dos partidos que a integram. Caso a Frente faça um gesto e indique disposição de ceder às condições estabelecidas pelo PT, este partido pode voltar a integrar a Frente. Mas esta possibilidade é considerada remota. Assim, o PT já discute seus candidatos, tendo sido lançados: Walfran dos Anjos, ex-presidente da CUT; e Vicente Machado Ávila, ex-presidente do PT-MS, que já disputou o governo do Estado em 1986. Outros nomes deverão ser analisados pelo PT, para disputar com Dante de Oliveira (PDT, PMDB, PCdoB, PPS, PSB, PSDB) e com Osvaldo Sobrinho (PFL), vice do governador Jaime Campos, que deverá disputar em coligação com PPR e PTB.

Distrito Federal

Cristovam Buarque venceu a prévia do PT, com 59% dos cerca de 1.010 votos (o que corresponde a 18% dos filiados da capital). Buarque disputará com Vanderlei Valim, do PPR, e com Valmir Campelo (PTB), ou outro candidato apoiado pelo atual governador Joaquim Roriz (PP). É possível, ainda, que Maurício Correia dispute o governo. Atualmente sem partido, Correia deve filiar-se ao PSDB, podendo sair ao Senado ou ao governo do Estado. Em qualquer caso, isso criará dificuldades para os tucanos de Brasília, cuja direção é majoritariamente de esquerda — tendo, por exemplo, se pronunciado contra a Revisão Constitucional. Para enfrentar esses adversários, o PT trabalha por uma aliança com o PCdoB, o PSB, o PCB e, inclusive, o PPS, onde enfrenta forte resistência do deputado federal Augusto Carvalho e do superintendente do Incra, Osvaldo Russo.

Pará

As oligarquias paraenses, como sempre, devem dividir-se em dois blocos nas eleições do próximo ano. Uma, capitaneada pelo atual prefeito de Belém, Hélio Gueiros (PFL); e outra, capitaneada pelo atual governador Jäder Barbalho (PMDB), que poderá lançar ao governo o ex-prefeito de Belém, Said Xerfan (PPR), o ex-ministro do Meio-Ambiente Coutinho Jorge (PMDB) ou, até, Jarbas Passarinho (PPR). A esquerda encontra-se dividida. O PSDB e o PPS tentam apoiar o bloco de Hélio Gueiros; o PSB encontra-se dividido entre os que defendem o apoio a Hélio Gueiros (é o caso de Ademir Andrade) e os que defendem uma aliança com o PT. O PCB tende a apoiar o bloco de Jäder Barbalho. Assim, excluído o PSTU, a perspectiva é que o PT dispute sozinho as próximas eleições no Pará. Ainda não há nenhum nome disputando a vaga, tendo sido lembrados os deputados federais Valdir Ganzer e Paulo Rocha e o deputado estadual Edmilson Rodrigues.

Brasília, 9 de dezembro. O presidente Itamar Franco acabara de discursar. Ao dirigir-se aos comandantes mais destacados das três Forças militares, no almoço de confraternização de que o chefe de governo participa todos os anos, havia mencionado discretamente o tema delicado da corrupção. “Como a mais importante instituição da pátria, o Estado deve ter o respeito que dedicamos às coisas sagradas”, dissera ele.

Tomou então a palavra, em nome de seus pares, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Benedito Bezerra Leonel. A ameaça que lançou, com sutileza de gorila, não podia ser mais explícita. “Nossa opção é pela democracia”, disse Bezerra. Imediatamente, e sem que explicitasse a que se referia, acrescentou no entanto uma frase em tom de revanchismo: “Ao defendê-la as Forças Armadas tiveram baixas até hoje sentidas, pranteadas e sempre lembradas”.

O general Bezerra, no entanto, não se deu por satisfeito. Um pouco adiante frisou: “Ainda não é o momento de nos identificarmos com as angústias e preocupações de Marcus Flavinus”. Explicou tratar-se de um soldado romano que combatia no exterior e enviou certa vez carta a um primo que permanecera na sede do Império.

Apelo a Roma

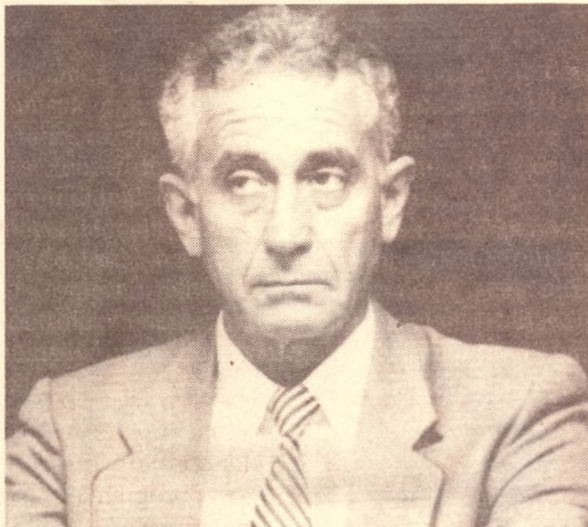
Fez questão de transcrever, em anexo ao discurso, a própria carta. Nela, Flavinus lamenta-se: “Dizem-me que em Roma se sucedem as intrigas e as conquistas, se desenvolve a traição e que muitos, hesitantes, perturbados, cedem com facilidade às piores tentações do abandono e aviltam nossa nação”.

Adverte em seguida o legionário que serviu de exemplo ao general Bezerra. Se tudo fosse diferente, se tivéssemos de deixar em vão os nossos ossos embranquecidos sobre as pistas do deserto, então, cuidado com a cólera das legiões”...

O discurso do general Bezerra é uma bravata vazia? Ou há por trás dele o pensamento de setores militares expressivos? De que modo as eventuais forças golpistas procuram levar à prática seus projetos? Com que aliados? A leitura de duas publicações que circulam no meio castrense — *Ombro a Ombro* e *Letras em Marcha* é um dado que merece ser levado em conta.

Circulação Limitada

Editados no Rio de Janeiro, e de leitura ainda restrita a setores minoritários da oficialidade de reserva, os dois jornais vêm no entanto repercutindo de forma crescente no meio militar. Guardam entre si semelhanças políticas e editoriais. Atacam com vigor a corrupção que consome as instituições conservadoras e opõem-se às vezes ao neoliberalismo, mas poupam os corruptores e os empresários em geral. Voltam-se, no entanto, contra a



Frota: poder pela via eleitoral?

democracia. Atacam-se em especial as forças de esquerda — o PT e os comunistas. Articulam-se internacionalmente, e passaram a defender de forma aberta, depois que vieram à tona as denúncias que levaram à criação da CPI do Orçamento, a intervenção militar na vida política.

A denúncia aparentemente enfática da corrupção está clara por exemplo no editorial de *Ombro a Ombro* de novembro. “Os acontecimentos que dominam o cenário nacional desnudam um problema bem mais grave que o enriquecimento ilícito de alguns parlamentares”, diz o comentário.

Um mês antes, um outro editorial escrito para atacar “a reemergência do poderio militar russo” fustigava “a continuação do ensaio neoliberal no País (...), que muitos acharam ter-se encerrado com a deposição do presidente Fernando Collor de Mello”. Tal teoria, alerta *Ombro a Ombro*, “nada tem a oferecer senão a rota da dissolução nacional”. É aplicada, continua, “pelo fraco governo Itamar Franco”. Este, na prática, é exercido “pelo ministro da Economia, que na condição de membro do Diálogo Interamericano é o porta-voz dos interesses financeiros internacionais”.

Democracia no Alvo

Os ataques aos corruptos e a Fernando Henrique não se completam, no entanto, com nenhuma proposta de ação contra eles. Em vez disso, *Ombro a Ombro* sugere uma ação que tem por alvo a democracia. “Os arautos das liberdades e dos direitos humanos, que

bradavam contra o regime dito militar, não eram, em sua maioria, sinceros”, diz o jornal. Mais adiante assegura: a sociedade “repudia esse sistema que uns chamam democracia mas, na realidade, não passa de uma ‘corruptocracia’ a serviço de uma plutocracia hereditária”.

O ódio contra a esquerda é ainda mais grave. *Ombro a Ombro* de dezembro ataca: “Desse naufrágio, da podridão do atual sistema, surge, como os vermes que se alimentam dos cadáveres, o PT. (...) De inspiração marxista e sob o projeto cultural da Teologia da Libertação (...) não tem nada a oferecer em concerto com os interesses do bem comum cristão”.

Ódio à Esquerda

Dois manifestos publicados em *Letras em Marcha* enxergam fantasmas semelhantes. Depois de lembrar que “continua fiel aos ideais da Revolução de 1964”, o “Grupo Independente 31 de Março” avisa que “manter-se-á atento, vigilante e intransigentemente postado às tentativas de implantação em nosso país de um governo socialista de inspiração marxista”.

Embora dediquem amplo espaço para a denúncia dos políticos envolvidos em corrupção, os jornais voltados para os militares agem de modo semelhante às lideranças parlamentares que fingem condenar: nada ou muito pouco dizem em relação aos corruptores. *Ombro a Ombro* de novembro fustiga apenas, e muito timidamente, “os setores empresariais que se beneficiam das manipulações do dinheiro público”.

A leitura de *Ombro a Ombro* revela, por fim, uma evidente articulação entre os golpistas brasileiros e alguns de seus correligionários mais notáveis na América Latina. A edição de outubro publica, sob o título de “Uma Carta Especial”, a correspondência que recebeu do coronel Mohamed Seineldin, um dos líderes mais destacados dos *carapintadas* argentinos. Desde o campo de prisioneiros de Santa Maria Madalena, Seineldin felicita o jornal, “expressão clara do espírito valente da oficialidade brasileira”.

Saudável diferença

Até em um órgão como *Ombro a Ombro* é possível encontrar às vezes boa leitura. É o caso, por exemplo, de afirmações feitas pelo militar da reserva Cláudio Miguez, do grupo militar Inconfidência e publicada em novembro.

Avesso ao golpismo, Miguez adverte: “Que idéia é essa de combater esses dois males (inflação e corrupção) com golpe? Onde estamos com a cabeça? A inflação é um problema político-administrativo. Por que não tratá-la com medidas compatíveis, no lugar de estarmos buscando soluções absurdas?”

Mais tarde, ainda sobre a corrupção, lembra com lucidez: “É bom que se diga que os governos militares não estiveram imunes deste mal. Aliás, os maiores corruptos deste país são filhos dos governos militares”.

Miguez insiste que corrupção não é privilégio de civis ou militares. Suas palavras demonstram que inteligência também não.

FELIZ 94, AMÉRICA LATINA!

Os resultados das eleições em Honduras, na Venezuela e no Chile parecem confirmar a tendência de crise da hegemonia neoliberal na América Latina.

O candidato vencedor das eleições hondurenhas, no último dia 28 de novembro, Carlos Roberto Reina, pertence à ala esquerda do Partido Liberal. O eixo da sua campanha foi o combate à corrupção e ao modelo neoliberal, e uma de suas primeiras medidas de governo foi reatar relações diplomáticas com Cuba.

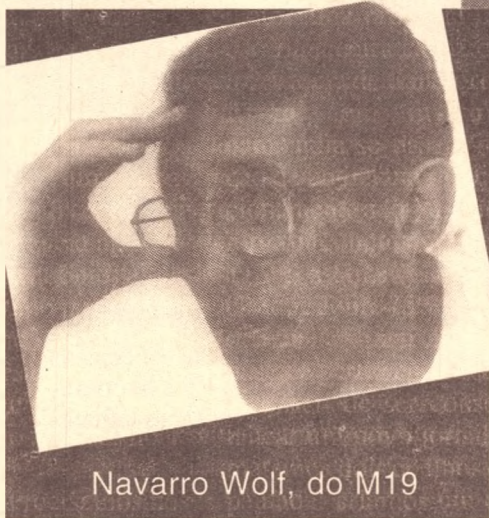
Já o vencedor das eleições venezuelanas, Rafael Caldera, contou com o apoio de dezessete partidos, entre os quais o Movimento al Socialismo (MAS), partido membro do Foro de São Paulo (articulação de partidos de esquerda latino-americanos da qual faz parte o PT). A aliança vencedora fez uma campanha contra a política neoliberal implementada pelo governo de Carlos Andrés Pérez (socialdemocrata), que acabou destituído por corrupção, após ter submetido o país às mais graves tensões sociais. O segundo colocado, a Causa Radical, que já governa a cidade de Caracas e cujo candidato, Andrés Velázquez, exerceu dois mandatos como governador do Estado de Bolívar, também é membro do Foro de São Paulo, e compartilha das posições contrárias ao credo neoliberal.

Quanto às eleições chilenas, não houve surpresas, no dia 11 de novembro. O candidato da Concertación para la Democracia confirmou todas as pesquisas: ganhou no primeiro turno com mais de 50% dos votos.

Eduardo Frei Ruiz Tagle, presidente da Democracia Cristã, partido que liderou a coalizão vencedora, formada ademais pelos partidos Socialista e Radical, declarou que suas prioridades estão na área social e que está disposto a eliminar a extrema pobreza em que vivem 1,2 milhões dos 4,3 milhões de pobres, a outra cara do "milagre econômico" chileno. Apesar da folgada maioria – Arturo Alessandri, candidato da direita, ficou em segundo lugar com 24% –, a Concertación não conseguiu remover os entulhos autoritários remanescentes da ditadura pinochetista.

Mudança de curso

O programa do governo Frei tenta corrigir os desvios de um modelo que, depois de ter sido saudado como o parceiro do "tigre latino-americano", apresenta sinais de esgotamento: o déficit comercial (o primeiro em doze anos) será da ordem de 500 milhões de dólares depois de um superávit de 2,5



Navarro Wolf, do M19

bilhões em 1992, devido à baixa nos preços das *commodities* exportadas. Os preços estão caindo sistematicamente e já alcançaram os índices de 1989.

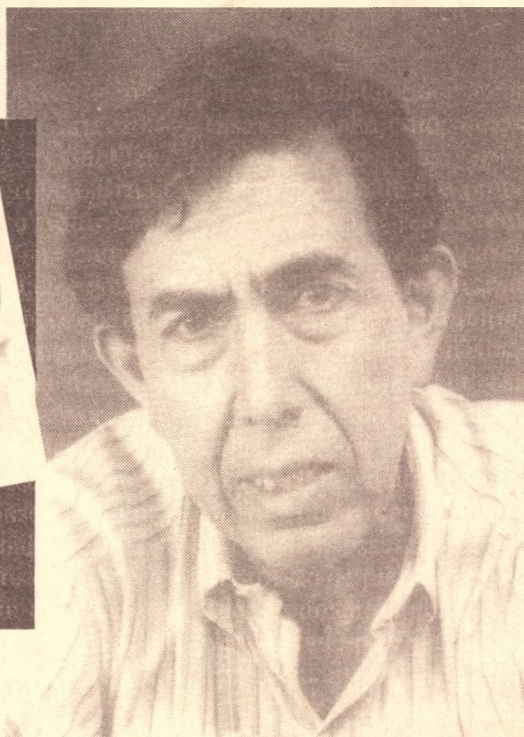
Para reverter essa tendência, o programa de Frei fala numa "segunda etapa exportadora" priorizando a assinatura de acordos com os países da região, além de reconhecer que a adesão ao Nafta (acordo de livre-comércio entre EUA, Canadá e México) levará mais tempo (vide as dificuldades de Clinton para aprovar o Tratado no Congresso). Defende ainda a necessidade de superar a estrutura produtiva atual, hoje claramente dependente de produtos primários, e de reverter o déficit de investimentos em infra-estrutura, promovendo políticas de aumento da poupança interna.

Segundo declara o articulador do Programa de Frei, Osvaldo Rosales, longe das convicções primeiro-mundistas e neoliberais, o Chile "não será nem tigre nem gato, apenas um país pobre em desenvolvimento".

Em 94 – ele acrescenta – "haverá eleições em vários países, entre eles o nosso (eleições legislativas), que prometem mudar a geografia política latino-americana".

El Salvador

Em março de 1994, encerrando o período pós-guerra civil, iniciado com os acordos de paz de janeiro de 1992, El Salvador irá às urnas. Ruben Zamorra, candidato presidencial pela coligação de esquerda formada pela Convergência Democrática e pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), insiste na importância de "transformar as instituições que tornaram possível a



Cardena, do PRD

atuação impune dos Esquadrões da Morte".

A violência que domina o cenário salvadorenho e que provocou numerosas vítimas, entre elas Francisco Véliz Castellanos e Heleno Castro, comandantes da FMLN assassinados em fins de outubro, põe em risco o processo de democratização deste país.

A Aliança Republicana Nacionalista (Arena), partido governista, está em primeiro lugar nas pesquisas (32%) e a Convergência Democrática-FMLN, em segundo (27%), mas em San Salvador, capital do país, o candidato da FMLN nas eleições para prefeito, Schafik Handal, já é considerado o favorito.

Também haverá eleições na Colômbia, onde quem está liderando as pesquisas, Ernesto Samper, virtual candidato do Partido Liberal, manifesta uma postura crítica ao neoliberalismo. Navarro Wolf, candidato presidencial pelo Partido Aliança Democrática M-19, poderá, no segundo turno, aliar-se com Samper, segundo algumas versões jornalísticas.

Decisivas

Mas há duas eleições determinantes para a América Latina: México em agosto e Brasil em outubro.

Cuauhtémoc Cárdenas, candidato pelo Partido da Revolução Democrática (PRD), no México, tem como prioridade "o combate efetivo contra a miséria como condição para a transformação democrática da sociedade e do Estado". Romper com quase um século de hegemonia do PRI, partido único, ou melhor, partido-Estado, é o grande desafio da oposição mexicana.

É mundialmente reconhecida a prática de fraude no México, e foi assim que o atual presidente Salinas perdeu a eleição, em 1988, mas acabou levando o governo. Há indícios de que não será tão fácil para o PRI repetir a façanha. Até o *The New York Times*, no dia 1º de dezembro último, classificou a democracia no México como "piada cínica", questionando a candidatura de Luis Colossio, do PRI, apoiado por Salinas.

Por outro lado, já há reuniões de ONGs – Organizações Não-Governamentais, de vários países – organizando a observação internacional da campanha. Ante tantas pressões, o PRI, preocupado, encaminha propostas para "democratizar" a campanha convocando o PRD de Cárdenas para discutir uma agenda de trabalho.

Se Cárdenas vencer, e levar, haverá uma revisão do Tratado de Livre Comércio (Nafta), já que a versão atual é incompatível com a proposta do PRD de implementar "um modelo de desenvolvimento baseado na ampliação do mercado interno e na integração comercial com os países da América e do mundo".

Eleito Lula presidente dos brasileiros, em eleições gerais que, pela primeira vez, renovarão todas as autoridades executivas e legislativas do país (com exceção apenas de prefeitos e vereadores), teremos dado um grande passo para a derrubada do neoliberalismo na América Latina. Um novo modelo de desenvolvimento com justiça social estará em marcha.

As eleições uruguaias, em novembro, ficarão fortemente abaladas pelo triunfo petista. A Frente Ampla, coligação dos partidos de esquerda que já governa Montevidéu, poderá eleger o presidente do Uruguai.

Este cenário é um desafio para os Estados Unidos, que insistem na lógica da abertura de mercados como condição essencial da democracia. A recente proposta de Reunião Hemisférica de chefes de Estado "democraticamente eleitos" feita pelo vice-presidente norte-americano, Al Gore, não escapa à velha prática norte-americana de atuar unilateralmente no continente.

Em contrapartida, partidos de esquerda latino-americanos, que participam do Foro de São Paulo, entre os quais o PT, discutem a proposta de realizar uma Conferência Continental não excludente, em que seja possível estabelecer novas relações baseadas no respeito à auto-determinação e à soberania de nossos povos. Coisa que os EUA têm muita dificuldade para entender.

Nani Stuart

SOVIETÓLOGO POST MORTEM



André Dusek

Luiz Carlos Prestes

O jornalismo histórico já proporcionou grandes colaborações ao desvendamento político. Não é preciso que remontemos a Euclides da Cunha. Temos em *Olga*, de Fernando Morais, um exemplo mais próximo.

Os estudos dos anos 30 no Brasil e, mais especificamente, do episódio de 1935, chamado pelas versões históricas tradicionais de Intentona Comunista, encontraram em dois livros recentes interpretações diferentes que, cada uma à sua maneira, enriquecem a compreensão dos acontecimentos e de seu conteúdo político. Trata-se dos livros *Estratégias da Ilusão e A Revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935*, de Paulo Pinheiro, e *Revolucionários de 35*, de Marly Almeida Gomes Vianna, ambos da Companhia das Letras.

Pinheiro desenvolve devidamente os vínculos da Internacional Comunista com o Partido Comunista Brasileiro, revelando as dimensões de autonomia e dependência presentes nessa articulação. Marly Vianna acentua as determinações internas das decisões sobre o movimento de 35, definindo que os fatores externos tiveram predominância entre os anos 1924/34. Privilegia assim as análises deformadas feitas pela própria direção do PCB e as responsabilidades que recairiam sobre este.

Novidades Radicais

De repente, em 1993, com estardalhaço, num caderno especial dominical do *Estadão*, o jornalista William Waack pretende revelar novidades radicais sobre o tema. O

próprio caráter sensacionalista do anúncio da pesquisa não recomenda a leitura, prejudicada por supostas revelações que não eram tais – como o vínculo de Olga Benário com a KGB. O “furo” jornalístico *post mortem* ficaria pela “compra” atribuída a Luis Carlos Prestes de seu ingresso no movimento comunista por uma soma entregue a ele por Getúlio Vargas. Assim, desmentindo versões sobre o financiamento da subversão no Brasil, financiada pelo “ouro de Moscou”, teria havido um financiamento, ao contrário, do movimento tenentista brasileiro à industrialização acelerada de Stalin, conforme se depreenderia do anúncio de Waack.

Pouco tempo depois o livro chegou às livrarias, podendo dispor, além do lançamento dominical do *Estado*, de uma boa repercussão na imprensa, coisa usual para livros escritos por jornalistas. Seu exame, no entanto, é profundamente decepcionante, seja nas revelações contidas nos arquivos consultados pela primeira vez por um pesquisador brasileiro, seja nas interpretações subjacentes a elas.

Tropeço

O livro se baseia, em grande parte, nas pesquisas desenvolvidas anteriormente – em particular por Pinheiro e Marly Vianna –, acrescentadas de correspondências entre membros da Internacional Comunista entre si com dirigentes do PCB, recheadas com cores locais na Alemanha ou na ex-URSS. Seu principal tropeço – que prejudica centralmente o livro como obra de interpretação histórica, dado que

esta não se limita a um alinhamento de fatos, corretos ou não, mas ao deciframento de seu significado, neste caso, de seu significado político – reside no sentido da militância política, da adesão ao comunismo – e, por extensão, às outras doutrinas afins que buscam a subversão do capitalismo.

O mundo da militância fica reduzido a um universo de intrigas, de trança-pés, de traições, de tal forma que não se explica como tanta gente se submetia aos riscos e às penúrias dessa militância na clandestinidade sem catadura moral mínima. As relações entre os membros do movimento comunista se assemelham às que se dão num partido tradicional, da burguesia, sem ideologia, sem solidariedade coletiva, sem princípios morais. Esse elemento parece essencial ao livro, para enterrar de vez o socialismo.

Falta Traquejo

Mas falta a Waack o mínimo traquejo na análise de situações históricas para que possa dar conta da complexidade de situações vividas por um partido comunista que canalizava a projeção de Prestes no Brasil, em condições de consolidação do stalinismo, mas, ao mesmo tempo, de mudança de linha da Internacional Comunista, de desarticulação dos sonhos da revolução de 30 e de abandono dos ideais do movimento tenentista.

Se não se aborda a complexidade contraditória da situação, é impossível entender como um partido tão desmoralizado e liquidado como aquele apontado por

Waack, tendo ainda por cima a adesão posterior ao seu veredicto Getúlio Vargas, conseguiu tanta projeção na redemocratização, mediante as votações de Prestes e da bancada comunista, em 1946.

Nesse sentido, o livro recorda, em alguns momentos, os anos dourados do anticomunismo na análise da URSS e dos PCs. No linguajar, na falta de conteúdo das análises políticas, na ausência de compromisso para dar conta de como, apesar do stalinismo e de seus reflexos nos partidos comunistas, estes demonstravam uma capacidade de catalisação das insatisfações populares – inclusive em 1935 – que essa literatura – apologética e, portanto, sem preocupação de compreender a realidade, mas apenas de fazer propaganda contra ela – estava longe de apreender.

Uma espécie de visto policial da história que acredita que sua articulação é dada por complôs, que a descoberta dos elos de informação transmitidos por cabecilhas esgotam um fenômeno, comanda o livro de Waack. O que deixa em segundo plano revelações que – estas sim –, sem ser decisivas, ajudam a reconstituir o quadro que propiciou 1935. Mas nada que, na substância, não estivesse, de alguma forma ou de outra, nos livros de Pinheiro e Marly Vianna, que seguem sendo – reitero, com interpretações contrapostas – as referências fundamentais para o período.

Emir Sader,
do Rio de Janeiro

A vez do homem-objeto

- Oi, como vai?
- Tudo bem. E aí?
- Você mora aqui por perto?
- Não.
- Eu estou sem carro porque atropelou um gato ontem e o carro foi parar na oficina. Por isso estou a pé.
- Você é daqui de São Paulo, mesmo?
- Não, sou argentino.

O rapaz que aparentava no máximo 24 anos e acabara de brilhar no palco seminu estava despido novamente, o seu único foco naquele instante era o ponto de ônibus e um sotaque de espanhol um tanto duvidoso.

A conversa aparentemente tola aconteceu em frente ao Clube das Mulheres, situado na região nobre da capital paulistana. Bairro que não sai da moda. Aliás, todo o *glamour* dos Jardins, como dizem os paulistanos, está em ser freqüentado por gente bonita, abrigar butikques de marcas sofisticadíssimas, restaurantes famosos e principalmente cartões importados.

Três horas antes chegávamos ao Clube das Mulheres para saber um pouco mais dessas noites, nas quais as mulheres são, supostamente, rainhas. A casa, toda de tijolinho à vista — estilo rústico —, provoca um forte contraste tanto no cenário externo, se compararmos as construções da rua, tanto como no interno: ao fundo da passarela de carpete desgastado vermelho, duas colunas torneadas e dois leões pretendem adornar o ambiente e tentam imitar um templo romano. O salão comporta uma pequena arquibancada, e as mesas ficam dispostas ao redor da passarela.

Show

São nove e meia da noite em ponto. O olhar de curiosidade e os bochichos estão à toda. Entretanto, o auge do alvoroço ainda está por vir. As cortinas vermelhas se abrem. A gritaria é geral. O apresentador e modelo, Marco Manzano, um falso louro de belos olhos azuis, corpo mais que atlético, vestido com uma imitação *desmoking* — sem camisa — em lycra preta adornada com lantejoulas douradas, dá a largada e começa a comandar o espetáculo: “Esta noite é feita para você, mulher bonita, independente e emancipada. A partir de agora você está livre para sonhar e realizar o seu desejo, você pode dançar, beijar, agarrar, porque esta festa é sua”.

O delírio e os berros prosseguem com a entrada triunfal dos doze garotos que simulam uma briga com espadas, facas e passos de caratê. Depois é a vez de cada superatleta fazer o seu número. As fanta-

sias femininas foram assim classificadas: um almirante, um viking, um mafioso, um peão de boiadeiro, um homem espacial, um pirata, um peão-de-obra, um noivo, um homem das artes marciais, o fantasma da ópera, o cigano e um agente secreto apresentado como um italiano.

Vestidos a caráter, dançam e se despem provocantemente. A coreografia é simples, nada de especial, aliás a total harmonia de gestos não é a maior preocupação nessa altura dos acontecimentos. Depois da segunda apresentação, a timidez parece ser característica de poucas. Elas descobrem que basta mostrar vontade que são tiradas para dançar e podem aí passar a mão e se esfregar naqueles homens que estão ali, teoricamente, para servi-las. Eles se ajoelham, carregam quase todas as “dançarinas” no colo, se colocam como se estivessem inteiramente à disposição.

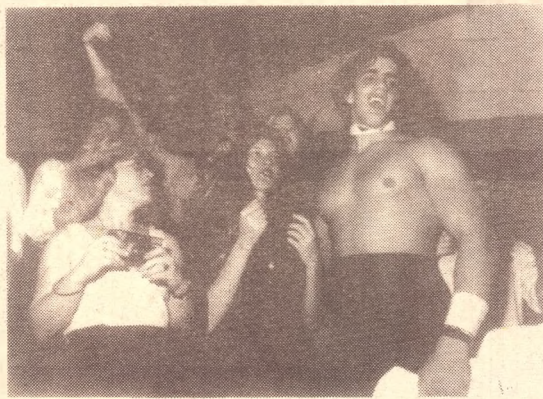
A escolhida

“Eu dancei com todos e me senti superbem, principalmente porque a gente passa a ter o que não tem”, declarou, entusiasmada, Maria Tereza Santiago. Além da perspectiva de dançar com um “homem gostoso”, outro detalhe animou Maria Tereza: “Entre umas cem mulheres, é fantástico ser escolhida”. Sem esquecer que as diversas mulheres com roupas decotadas, bronzeadas, produzidas, “bonitas, emancipadas e independentes” agarram de uma vez só o mesmo rapaz. Na frente, atrás, e tem espaço até de lado. Apesar de parecer uma cena constrangedora, o clima é muito bem-comportado. Não há nenhum tipo de ameaça, porque na realidade não acontece nada.

“As mulheres emancipadas podem ser descartáveis?”, questiona Maria Rita Khel, psicóloga convidada pelo *Brasil Agora* para

assistir ao show. Maria Rita faz uma observação absolutamente atual: “O auge dos nossos tempos é ser símbolo sexual. Em contraposição ao moralismo dos anos 40. Elas vivem a fantasia de ser as Deusas do Sexo”. Maria Rita aborda também um outro dado curioso, o modelo vigente é a *megastar* Madonna — perseguido como meta da sensualidade. Em contrapartida, o que acaba acontecendo, parafraseando Nelson Rodrigues quando se referia ao Carnaval do Rio de Janeiro, é uma espécie de enterro do sexo, porque o vivenciado nessas noites é um teatro de ambas as partes.

Bel Pedrosa/FI



Rito Coelho/FI

Qual será a sensação?

Maria Tereza, apesar de entusiasmada e demonstrando vontade de retornar ao Clube, expressou taxativamente que em momento algum se sentiu excitada: “O interessante era dançar e receber aplausos da platéia e principalmente das meninas que estavam comigo. Elas não tinham coragem de ir e me incentivavam”. Pelo que tudo indica, a cumplicidade é entre as amigas e principalmente quando outras mulheres não se destacam muito. Quando uma bailarina do SBT começou a dançar e roubou mais tempo do que o previsto do rapaz fantasiado de cigano, ela foi *glorificada* com vaias e dançou ao coro de “perua” e “vagabunda”.

Homem-objeto

Apesar de ficar nítido que o que é explorado pelos donos do Clube das Mulheres é uma espécie de machismo invertido, pode-se constatar a seguinte declaração: “Tenho certeza que mudei o conceito da mulher dos anos 90, hoje ela pode ter o seu homem-objeto”, afirma com veemência o promotor e criador do show, Focca Barreto, que se inspirou numa casa noturna nova-iorquina. No começo do Clube das Mulheres, há três anos e meio, o seu idealizador só falava em alguns lugares qual era o seu trabalho, em outros era simplesmente um promotor de eventos. Atualmente é diferente. Sente orgulho em declarar a sua atividade: “O preconceito mudou muito”. Atribui essa mudança de comportamento, em parte, à novela global *De Corpo e Alma*, de Glória Perez, que tinha como protagonista do Clube das Mulheres o modelo Victor Fasano, e conclui: “O que veicula na Globo se torna bom para o Brasil”.

O preconceito quanto ao Clube pode até ter diminuído, mas o do seu idealizador deixa dúvidas: “No começo as mulheres que freqüentavam eram as verdadeiras damas da sociedade, pessoas super-aviadas, cabeças boas”. Hoje, segundo Focca, já não é tão difícil freqüentar o Clube. Com 4 ou 5 mil cruzeiros reais passa-se uma noite lá. Assim, o perfil do público feminino são as garotas de classe média, mulheres casadas que são levadas até a porta pelos maridos. Festas de aniversário e despedidas de solteira são motivo para comemoração no local.

Focca e Manzano, sócios no negócio, rejeitam qualquer acusação de machismo. Um local só freqüentado por mulheres, bonitas, emancipadas e independentes, é considerado, por eles, até revolução dos costumes. A possibilidade de prostituição dos rapazes atléticos é também negada. Entretanto, este mês a revista feminina *Marie Claire* publicou uma matéria intitulada “Mulheres que pagam para ter sexo e gostam”. Um dos depoimentos revela que na época em que o show era no Cotton Club, uma depoente freqüentava o Clube e costumava marcar programas.

O caráter de provocar mudança nos costumes femininos pode ser checado novamente no final do show. Os encantadores rapazes entram de roupão de seda branco, se despem — o detalhe: a sunga é branca, símbolo da pureza. Agora, eles não se exibirão mais, poderão escolher as meninas e também ser laçados para dançar, comportadamente, ao som de Louis Armstrong. “Como em um *début* de 15 anos”, finaliza Manzano.

Adélia Chagas